

Alex Szapiro, do SoftBank, diz que juros altos não pautam decisão de investimentos



Museu de Inhotim, em Brumadinho, ganha atenção internacional



Fictor, do CEO Rafael Góis, pede recuperação judicial e culpa crise do Master



ISTO É Dinheiro

Edição 19 - 6/2/26

AMBIÇÃO ALUCINADA

Nascida como uma fundação sem fins lucrativos, a OpenAI se tornou um colosso de meio trilhão de dólares. Agora um de seus criadores, Sam Altman, ambiciona levar a empresa a um patamar ainda mais alto, em um movimento cercado de controvérsias



Capa

Página
32



STEVE JURVETSON

O plano de Sam Altman, CEO da OpenAI, para captar bilhões de dólares

Índice

CAPA: FOTOS DE SHELBY TAUBER/REUTERS, LEONARDO MONTEIRO, WILLIAM GOMES/DIVULGAÇÃO E REPRODUÇÃO

3 ENTREVISTA

6 ECONOMIA

10 INTERNACIONAL

15 NÚMEROS DA SEMANA

16 MERCADO DE CAPITAIS

20 EMPRESAS

29 RURAL

32 TECNOLOGIA

36 CULTURA

38 O MELHOR DAS REDES

39 PALAVRA POR PALAVRA



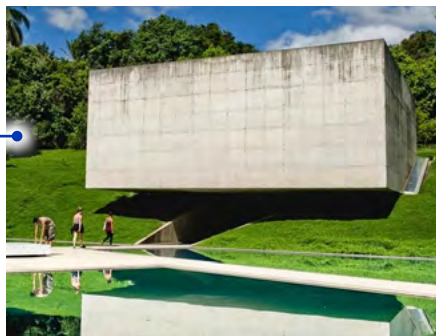
BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Ipsos: emprego segura índice de confiança



CESAR GRECO

Fictor pede RJ e dá calote no Palmeiras



WILLIAM GOMES/DIVULGAÇÃO

Museu de Inhotim é destaque internacional

Expediente

ISTOÉ
publicações

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL
Daniel Hessel Teich

ISTOÉ
Dinheiro

EDITORA
Érica Polo

DIRETOR DE ARTE
Alexandre Akermann

DESIGNER
Mayara Novais

DIRETOR COMERCIAL
Edgardo A. Zabala

www.istoedinheiro.com.br

Instagram
[instagram.com/istoe_dinheiro/](https://www.instagram.com/istoe_dinheiro/)

YouTube
[m.youtube.com/@istoe_dinheiro](https://www.youtube.com/@istoe_dinheiro)

X
x.com/istoe_dinheiro

Facebook
[facebook.com/istoedinheiro](https://www.facebook.com/istoedinheiro)

TikTok
[tiktok.com/@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

LinkedIn
[linkedin.com/company/istoe-dinheiro/](https://www.linkedin.com/company/istoe-dinheiro/)

Redação e correspondência
Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ DINHEIRO é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)

'Macro não pauta decisão de investimento'

Alex Szapiro, sócio-gestor do SoftBank para a América Latina, avalia a resiliência do ecossistema brasileiro diante da Selic elevada e fala sobre o momento de candidatas do portfólio a uma oferta pública inicial

Sobre as investidas: "somos agnósticos quanto ao setor, mas específicos quanto ao estágio. São negócios que sabem gerar receita e a IA precisa ser transformacional"



LEONARDO MONTEIRO/ISTOE

Executivo do SoftBank para o Brasil e a América Latina, Alex Szapiro, conta, em uma entrevista à IstoÉ Dinheiro, qual é a engenharia do modelo de investimentos do conglomerado japonês – um dos maiores do mundo com foco em tecnologia –, analisa a resiliência do ecossistema brasileiro frente aos juros elevados e explica como a inteligência artificial (IA) deixou de ser uma promessa para se tornar a espinha dorsal de teses de investimentos no mercado de capitais. Confira:

Eduardo Vargas

Para começar, uma dúvida comum: o SoftBank, apesar do nome, não é exatamente um banco comercial. Como você define a operação do grupo hoje e quais são as suas principais engrenagens de geração de valor?

De fato, não somos um banco no sentido tradicional. Não vivemos de spread ou empréstimos. O SoftBank são vários Softbanks, um emaranhado de empresas e fundos. Temos o Vision Fund 1, de US\$ 100 bilhões, o Vision Fund 2 e o fundo focado na América Latina, pe-

lo qual sou responsável junto com um sócio no México. Já investimos mais de US\$ 8 bilhões na região. Mas, além disso, o grupo opera empresas reais: somos donos da maior operadora de telefonia do Japão e detemos mais de 90% da ARM Computing, que é a base dos chips usados na inteligência artificial hoje. Operamos como investidores de longo prazo em tecnologia, buscando empresas que podem ser transformacionais.

O fundador do grupo, Masayoshi Son, é conhecido por antecipar

ciclos — do PC à internet, e agora a inteligência artificial (IA). Como a visão do fundador molda o jeito SoftBank de investir no Brasil?

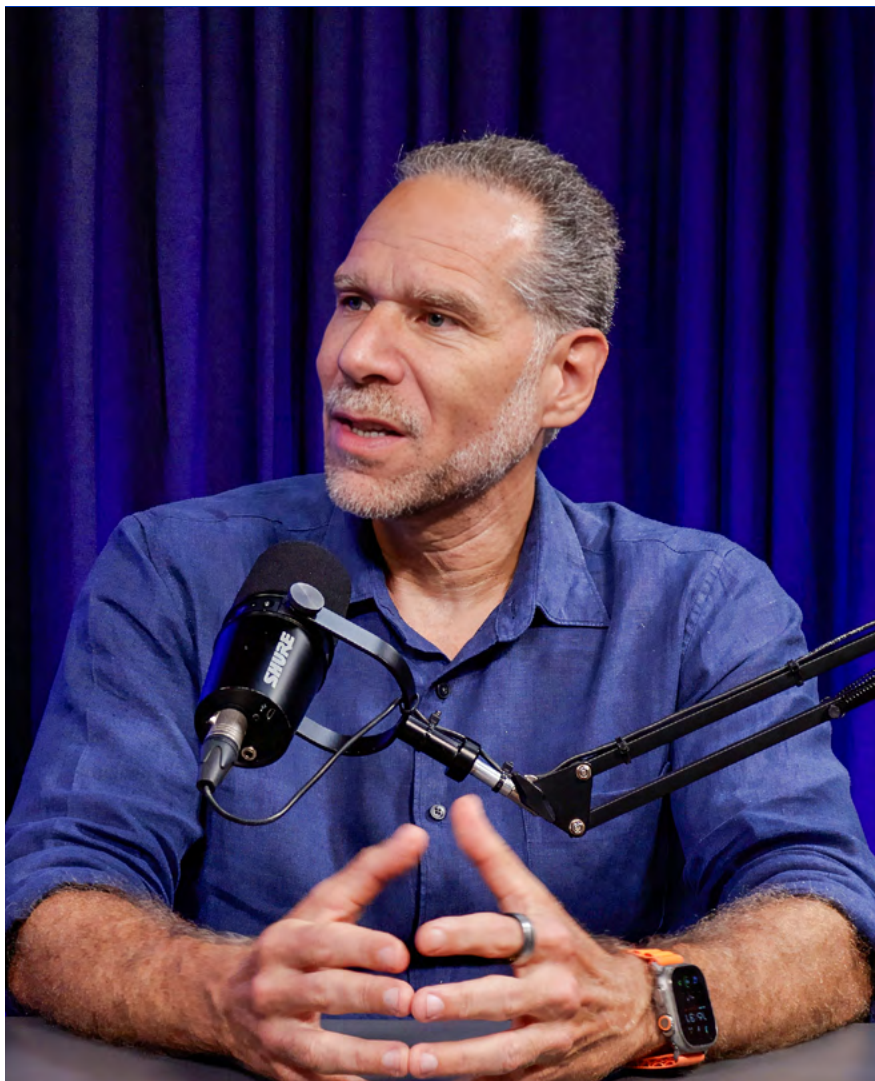
Ele é, na minha visão, o maior investidor que o mundo já viu porque ele acertou vários ciclos. Um investidor que acerta um ciclo pode ter tido sorte; quem acerta cinco é um gênio. Ele antecipou que o PC seria um produto de massas quando custava mais que um carro, e fez o mesmo com a internet ao investir US\$ 20 milhões no Alibaba, que viraram US\$ 170 bilhões. Esse jeito SoftBank mistura o olhar de investidor com o de operador. Eu vim de um background [trajetória] de operação — abri a Amazon no Brasil. O que buscamos são empreendedores que tenham essa mesma capacidade de execução em escala global.

Falando em escala, o SoftBank foca muito no chamado late stage [estágio maduro de um negócio]. O que faz uma empresa entrar no radar de vocês hoje?

Nós somos agnósticos quanto ao setor, mas muito específicos quanto ao estágio. Não fazemos seed money ou early stage, que é quando a empresa ainda é apenas uma ideia ou um projeto inicial. Deixamos isso para parceiros que criam esse funil para nós. Entramos quando a empresa já provou seus unit economics, ou seja, ela já sabe como gerar receita e precisa de cheques entre trinta e cinquenta milhões de dólares para dar o próximo salto. O principal filtro hoje é: como essa empresa usa ou usará a inteligência artificial? Não precisa ser uma empresa nativa de IA, mas a IA precisa ser transformacional para o negócio dela.

O Brasil vive um cenário de juros historicamente elevados. De que maneira a alta taxa Selic impacta a tese de investimento de vocês e a sobrevivência das empresas do portfólio?

Trabalhamos com ciclos longos. Se ficarmos olhando apenas para o macro [cenário macroeconômico], não fazemos investimento nenhum. Em cinco anos de casa, nunca tivemos uma reunião para decidir um aporte baseado em macroeconomia. Lógico que discutimos juros e câmbio, mas a indústria de ventu-



re capital olha para cinco, oito, dez anos à frente. O cenário macro às vezes muda trimestre a trimestre, para nós não faz sentido. O investidor de venture capital de verdade não é turista. Em 2021, vimos muitos fundos estrangeiros virem ao Brasil porque o mercado estava aquecido; quando os juros subiram em 2023, eles saíram correndo. Nós ficamos porque conhecemos a resiliência do empreendedor local.

Há janela de IPO [oferta pública inicial] prevista para as empresas brasileiras do portfólio? Qual é o critério para decidir se a listagem deve ocorrer na B3 ou na Nasdaq?

Temos entre 15 e 20 empresas candidatas a IPO no momento, mas não há

pressa. O IPO é apenas um ponto na história da empresa, não o destino final. Sobre o local, cada caso é um caso. Empresas de infraestrutura de tecnologia que buscam investidores globais podem olhar para a Nasdaq, mas muitas vezes a B3 oferece mais liquidez para empresas que têm foco no mercado interno brasileiro. O risco de listar lá fora e se tornar uma “ghost stock” [ação sem liquidez] é real se a empresa não for grande o suficiente. E tem o tamanho da empresa. A barra subiu. Em 2019, o principal driver de um IPO era apenas crescimento. Hoje, olhamos ‘a rule of 40’: a soma do percentual de crescimento com a margem de rentabilidade precisa ser superior a 40. O custo de capital elevado no Brasil obriga as empresas a nascerem

com uma disciplina financeira que muitas vezes falta no Vale do Silício. Isso é positivo. Quando os juros caírem, essas empresas estarão muito mais saudáveis.

Em relação à inteligência artificial, qual é a tese específica para a América Latina? Estamos competindo na criação de modelos ou na aplicação?

Estamos focando na application layer [camada de aplicação, ou seja, a 'cara' da tecnologia, a camada próxima ao usuário]. Não faz sentido para a região tentar competir na criação de chips ou de grandes modelos de linguagem [LLMs], que exigem capital intensivo em data centers. O nosso ouro está em como usar esses modelos para criar vantagens competitivas. Um exemplo é a Rappi. Para entregar um chocolate em sete minutos em São Paulo, você precisa de modelos preditivos de IA que entendam o trânsito, o clima e o estoque em tempo real. Se não usar IA, você não entrega em dez minutos com margem positiva. É nisso que investimos: eficiência através da tecnologia.

O SoftBank é conhecido por não ter capital externo de terceiros (Limited Partners), usando recursos próprios. Isso ajuda a evitar saídas forçadas ou ofertas hostis no mercado?

Sem dúvida. Como o dinheiro é do SoftBank, não temos um relógio correndo, aquela obrigação de devolver o capital em cinco ou dez anos para mostrar resultado para investidores externos. Isso nos permite ser sócios de longo prazo. Essa liberdade nos permite esperar o momento estratégico real de saída, como foi o caso da Pismo, vendida para a Visa por US\$ 1 bilhão, com taxa de retorno acima de 50%.

Vocês costumam ser investidores ativos ou deixam a gestão totalmente com os fundadores?

Estamos muito próximos, mas não somos os operadores. Eu participo de doze conselhos. Discutimos estratégia, planos de compensação e fusões e aquisições, mas quem toca o dia a dia é o empreendedor. Nosso papel é alinhar visões. Diferentemente de um private equity, onde você compra o controle e



manda embora quem quiser, no venture capital trabalhamos pelo consenso entre os sócios.

Você trouxe a Amazon para o Brasil em 2012. O que aquela experiência ensinou sobre o mercado brasileiro e é aplicada hoje no SoftBank?

Aprendi que o brasileiro é extremamente aberto à inovação, mas exige execução impecável. Na Amazon, começamos com livros digitais porque não havia logística pronta para o resto, e fomos construindo tijolo por tijolo. No SoftBank, busco o "missionário", não o "mercenário". O mercenário quer o IPO rápido para pegar o dinheiro; o missionário quer resolver um problema por décadas. Recentemente, uma empre-

sa nossa estava gerando muito caixa e discutimos pagar dividendos. O próprio fundador foi contra, preferindo reinvestir tudo no negócio. Esse é o tipo de visão de longo prazo que a Amazon tem e que o Massa [Masayoshi Son, fundador do Softbank] cultiva.

Qual conselho você daria para quem deseja empreender ou investir em tecnologia no Brasil?

Curiosidade extrema. O modo como ganhamos conhecimento mudou. Se você não for atrás de tudo o que está disponível, especialmente em IA agora, sua carreira corre risco. E, acima de tudo, pensar grande. O mercado brasileiro é continental; quem resolve um problema aqui, resolve em qualquer lugar do mundo. **D**



Emprego, remédio para a confiança

Índice que avalia mais de trinta economias evidencia que o brasileiro está otimista sobre o futuro imediato

Mesmo com as condições adversas da economia, o Brasil iniciou o ano de 2026 marcado por otimismo dos consumidores e em destaque em meio a uma lista de outros trinta países. Os dados do Índice de Confiança do Consumidor (ICC), apurados pela Ipsos, evidenciam que o país registrou 55,1 pontos em janeiro, situando-se entre as economias mais otimistas do levantamento. O movimento acompanha a tendência de mercados emergentes e

estabelece um contraste com a trajetória de retração observada em diversas nações desenvolvidas.

A melhora no indicador é sustentada, primordialmente, pela firmeza do mercado de trabalho. Rafael Lindemeyer, líder do Cluster de Experiência da Ipsos, diz que o resultado do levantamento mostra que o Brasil mantém a tendência ascendente verificada no segundo semestre de 2025. O especialista observa que, na série histórica, o indi-

cador atual supera em quatro pontos o registrado em janeiro do ano anterior, atingindo patamares equivalentes ao primeiro trimestre de 2024. Com este desempenho, o Brasil assumiu a sexta posição no ranking global de otimismo e a liderança nas Américas, superando potências como os Estados Unidos e vizinhos como o México.

O levantamento contempla entrevistas em trinta países, avalia a percepção dos consumidores sobre a situação eco-



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Subíndice de empregos, elemento central da análise, alcançou em janeiro um dos níveis mais altos da série desde 2010

nômica atual, expectativas futuras, capacidade de investimento e mercado de trabalho. No recorte nacional, a percepção de estabilidade ocupacional e a leitura positiva sobre as condições futuras da economia foram os vetores centrais do crescimento. “O avanço é sustentado pela melhora expressiva no subíndice de emprego, que sugere um início de ano marcado por maior percepção de estabilidade no mercado de trabalho”, afirma Lindemeyer.

O índice brasileiro permaneceu acima da média global, que orbitou os 50 pontos. Enquanto o Brasil avançou ao lado de países como Chile, Israel e Coreia do Sul, a América Latina apresentou um cenário heterogêneo. Se por um lado chilenos e peruanos acompanharam a tendência de alta, a Argentina registrou recuo no mesmo período. Pela metodologia da Ipsos, pontuações acima de 50 indicam a predominância de percepções favoráveis, sinalizando que o ambiente doméstico brasileiro é mais construtivo do que a média dos mercados monitorados. O subíndice de empregos, elemento central da análise,

atingiu em janeiro de 2026 um dos níveis mais altos da série monitorada desde 2010. Essa avaliação favorável sobre a disponibilidade de postos de trabalho e a manutenção da renda influencia diretamente o planejamento financeiro das famílias e as decisões de consumo. Analistas ressaltam que recuperações neste componente costumam preceder melhoras em outros pilares da confiança, funcionando como um indicador antecedente para formuladores de políticas públicas.

Na comparação regional, a América Latina viveu uma recuperação gradual ao longo de 2025, com o Brasil liderando o bloco. Na região Ásia-Pacífico, Índia, Indonésia e Malásia mantiveram níveis elevados, enquanto economias europeias, como França e Alemanha, apresentaram estabilidade ou retração, mantendo a média do continente abaixo das economias emergentes. Nos Estados Unidos, o índice fixou-se em 53,8 pontos, ainda pressionado pelo custo de vida, embora apoiado por ganhos em expectativas.

A série histórica do ICC brasileiro indica que o patamar atual representa

uma fase de transição, posicionando o País acima das retrações intensas da última década, embora ainda distante de picos históricos anteriores. A confiança atual, fortemente ancorada no mercado de trabalho, sugere uma reação gradual do consumidor às mudanças estruturais da economia. Embora o aumento da confiança não se traduza em consumo imediato, ele favorece a disposição para a aquisição de bens duráveis e serviços, caso as condições de crédito e renda disponíveis permaneçam favoráveis.

O relatório da Ipsos conclui que, apesar dos desafios estruturais persistentes, o Brasil inicia 2026 em uma posição mais robusta do que em períodos recentes. A manutenção desta trajetória dependerá da evolução conjunta da inflação e das condições financeiras globais, mas, no curto prazo, o consumidor brasileiro demonstra uma leitura substancialmente mais otimista sobre o futuro imediato. A inflação vem cedendo desde o final do ano, mostram os indicadores, o que vai colaborar para o início da redução das taxas de juros praticadas no mercado brasileiro a partir de março. **D**

Gabriel Galípolo, presidente do BC: 'não podemos brigar com os dados', sobre críticas ao juro alto



RAPHAEL RIBEIRO/BC

Em que ritmo?

Ata do Copom confirma o início do ciclo de queda dos juros, mas BC é cauteloso ao condicionar magnitude do corte à evolução do cenário

Depois que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), anunciou que daria início à baixa do ciclo de cortes da taxa de juros a partir de março, aguardava-se um sinal relacionado à magnitude dessa mudança. Mas o documento que o comitê divulgou dias depois da decisão, a ata do Copom divulgada nesta semana, condicionou a magnitude do corte da Selic à evolução do cenário, deixando uma porta aberta para uma redução de 0,25 ponto ou 0,5 ponto percentual no primeiro corte. O documento reafirmou que o BC poderá iniciar o processo de flexibilização da política monetária na sua próxima reunião, agendada para os dias 17 e 18 de março.

O ritmo do corte está condicionado à evolução do cenário econômico e aos fatores que permitam maior confiança no atingimento das metas de inflação,

de 3%. O colegiado ressaltou que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) à meta. O compromisso com os objetivos estabelecidos impõe, segundo informou o texto, serenidade quanto aos passos futuros no horizonte relevante para a condução da política monetária. Em janeiro, o Comitê decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 15% ao ano, entendendo que o patamar é compatível com a estratégia de estabilidade de preços, ao mesmo tempo em que permite a suavização das flutuações da atividade econômica e o fomento do pleno emprego.

O cenário atual permanece marcado por elevada incerteza, fator que exige cautela na condução dos juros. O Comitê avalia que a estratégia vigente tem se mostrado adequada e que, em um

ambiente de inflação em queda e com a transmissão da política monetária mais evidente, o processo envolverá uma calibração do nível de juros. As projeções para a inflação acumulada em doze meses foram mantidas: o Banco Central prevê alta de 3,4% para o índice oficial de inflação do país, o IPCA, em 2026, e de 3,2% no terceiro trimestre de 2027, números ligeiramente acima do centro da meta.

Sobre os componentes do índice, o colegiado estima altas de 3,5% em 2026 e 3,1% em 2027 para os preços livres. Já para os preços administrados, as projeções são de elevações de 3% e 3,3%, nessa ordem. Tais estimativas utilizam o cenário de referência baseado na trajetória de juros do relatório Focus, publicado em 26 de janeiro, e consideram a manutenção da bandeira amarela de energia elétrica em dezembro de ambos os anos. Os parâmetros macroeconômicos adotados pelo Copom incluem ainda uma taxa de câmbio inicial de R\$ 5,35, evoluindo conforme a paridade do poder de compra.

Quanto aos preços do petróleo, o colegiado projeta que a commodity seguirá aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e, após esse período, apresentará uma valorização anual de 2%.

Boa parte dos agentes econômicos que atuam no Brasil já esperavam a manutenção dos juros em janeiro por conta do desempenho do mercado de trabalho aquecido e dados de atividade que têm mostrado uma desaceleração dentro do esperado. As divergências, por ora, estão centralizadas a qual patamar poderá chegar a Selic ao final deste ano. As expectativas sinalizam um nível de juros entre 12% e 12,5%.

Sobre o ritmo do ciclo, há apostas divididas entre 0,25 e 0,5 ponto percentual (p.p.) em março. Álvaro Frasson, estrategista macro do BTG Pactual Portfolio Solutions, espera que em março o corte seja de 0,25 ponto. É uma visão de 'corte com credibilidade', com um BC mais comedido ao iniciar a flexibilização da política monetária. O modus operandi permitirá à autoridade monetária ter mais tempo para analisar uma nova rodada de dados de mercado de trabalho e atividade, ajudando a embasar as decisões seguintes. **D**

Vazamento da Vale

Ministério Público Federal pede bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora à Justiça depois de acidentes liberarem sedimentos que afetaram o ambiente no entorno da mineira Congonhas



RODNEY COSTA/AP

Rio Paraopeba, que passa por Brumadinho, foi alcançado por vazamento

Num país traumatizado por tragédias ambientais como as de Mariana e de Brumadinho, ambas ocorridas em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2019, as quais deixaram mortos após rompimentos de barragens de sedimentos em atividade mineradora, espera-se o comprometimento do setor privado, o reforço da fiscalização pública e a punição severa por falhas de qualquer proporção nessa seara.

Nesta semana, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora Vale em duas ações ligadas a vazamentos de água e sedimentos ocorridos em janeiro nas minas de Viga e Fábrica, ambas na cidade mineira de Congonhas. Os pedidos foram feitos em duas ações, uma para cada mina. No caso da mina de Fábrica, o bloqueio pedido foi de R\$ 1 bilhão, sendo os outros R\$ 200 milhões referentes ao acidente em Viga. Os vazamentos atingiram cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba

(o mesmo que passa por Brumadinho), causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, argumenta o MPF nas ações. A quantia bloqueada diz respeito a danos a serem reparados. Para o órgão público, houve "falha no controle da operação de estruturas de contenção de efluentes da mina". De acordo com a acusação, reservatórios que deveriam servir para o controle do fluxo de água não possuíam sistemas de drenagem capazes de suportar chuvas fortes, contrariando as obrigações da mineradora na prevenção de extravasamentos.

"Além disso, a mineradora não comunicou o fato imediatamente às autoridades, o que contraria deveres legais de transparência e dificulta a resposta da Defesa Civil", disse o MPF, em nota. Os procuradores pediram, ainda, que a Vale seja obrigada a contratar uma auditoria técnica independente para acompanhar as obras necessárias para garantir a segurança das minas. O Ministério Público Federal pede, ainda,

que a mineradora produza rapidamente um relatório completo sobre a situação de estruturas semelhantes em todas as suas minas no estado de Minas Gerais. A Vale informou que "tomou conhecimento da ação do Ministério Público Federal referente ao extravasamento ocorrido na mina de Viga, em Congonhas (MG). A empresa já se manifestou nos autos e apresentará oportunamente a sua defesa dentro do prazo legal". Os vazamentos nas minas de Viga e Fábrica, que ficam em uma distância de cerca de 22 quilômetros uma da outra, ocorreram entre os dias 25 e 26 de janeiro.

No caso do rompimento de uma cava (escavação aberta) da mina de Fábrica, o material atravessou o dique Freitas e seguiu carreando sedimentos e rejeitos de mineração, provocando impactos ambientais, mas sem vítimas. Houve vazamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral. O material levado pelo vazamento chegou a atingir uma área de outra mineradora – a CSN – provocando danos materiais.

Depois, essa lama chegou ao rio Goiabeiras, que atravessa parte da área urbana da cidade, antes de se encontrar com o rio Maranhão, já na área central de Congonhas. O rio Goiabeiras é afluente do rio Maranhão e este, por sua vez, deságua no Paraopeba, que passa por Brumadinho, e foi atingido pelo rompimento de uma barragem da mesma companhia, a Vale, em 25 de janeiro de 2019. As informações sobre o vazamento foram veiculadas pela Agência Brasil.

A mineradora também responde ainda a processos que correm em tribunais de justiça (não só brasileiros) relacionados à tragédia de Mariana, causada há mais de dez anos por um rompimento de barragem da Samarco, uma joint venture entre a empresa brasileira e a anglo-australiana BHP Billiton. **D**



Kevin Warsh foi indicado por Trump, e nome será avaliado pelo Senado americano

ALASTAIR GRANT/AP

O horizonte do Fed

Trump indica Kevin Warsh para o banco central americano. Transição promete ser uma das mais turbulentas da história financeira do país

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, oficializou a escolha do futuro presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) – uma indicação que gerava expectativas em agentes econômicos mundo afora. O futuro dirigente da autoridade monetária americana, se for escolhido pelo Senado do país, será o renomado acadêmico Kevin Warsh, ex-diretor do Fed, a partir de maio.

A nomeação ocorre em um momento de encruzilhada para a maior economia do mundo, já que o fim do mandato do atual presidente do órgão, Jerome Powell, se aproxima, e a transição promete ser uma das mais turbulentas da história financeira americana. Ao escolher

Warsh, Trump entrega a um de seus confidentes e crítico contumaz da atual gestão a oportunidade de implementar o que o próprio Warsh define como uma “mudança de regime”.

A ideia central é alinhar a política de juros e o balanço patrimonial do banco central a uma visão econômica mais agressiva e menos independente da ala política do governo. Em seu anúncio, realizado via redes sociais, Trump não poupou elogios ao indicado, afirmando que Warsh tem o potencial de ser “o melhor da história do Fed”. Para o presidente, Warsh é a figura perfeita para garantir que o banco central nunca o decepcione, uma referência direta às críticas persistentes de Trump contra

Powell por não ceder às exigências de reduções drásticas nos custos de empréstimos.

Enquanto Powell é visto como o guardião da independência institucional, Warsh é percebido pelos mercados como um defensor de juros baixos, embora especialistas ponderem que ele possa ser menos radical no afrouxamento monetário do que outros nomes que circularam na Casa Branca, como Stephen Miran.

A indicação, no entanto, é apenas a ponta do iceberg de uma crise institucional sem precedentes. O Federal Reserve tem sido, por décadas, o pilar de estabilidade dos mercados globais justamente por sua autonomia em rela-

ção ao ciclo eleitoral. No entanto, o governo Trump tem testado esses limites sistematicamente. Em janeiro de 2026, o Departamento de Justiça abriu uma investigação criminal contra Jerome Powell, uma medida que muitos senadores e o próprio Powell classificaram como um pretexto político para forçar o Fed a moldar a política monetária conforme os desejos do Executivo. Esse cenário preparou o terreno para um processo de confirmação desafiador no Senado. O senador republicano Thom Tillis já sinalizou que não votará em nenhum indicado enquanto a investigação estiver em curso, enquanto a senadora Lisa Murkowski exige explicações sobre a conduta do Departamento de Justiça.

Diante desses ataques, surgiu uma possibilidade extraordinária: Powell, em uma tentativa de proteger a integridade técnica da instituição, cogita permanecer no cargo mesmo após o fim formal de seu mandato, utilizando lacunas regimentais para evitar que o banco

central caia sob influência política direta. A batalha pela independência do Fed também se estende aos tribunais. Trump tenta forçar a saída da diretora Lisa Cook em um processo que chegou à Suprema Corte. Se o governo vencer, será a primeira vez na história dos Estados Unidos que um presidente consegue demitir uma autoridade do banco central, abrindo um precedente que mudaria para sempre a governança da autoridade monetária.

Peça-chave na crise de 2008

Kevin Warsh, de 55 anos, traz consigo um currículo que mistura o pragmatismo de Wall Street com a erudição da Hoover Institution da Universidade de Stanford. Ex-diretor do Fed entre 2006 e 2011, ele foi peça-chave durante a crise financeira de 2008, atuando como o elo de Ben Bernanke, à época à frente do Fed, com a comunidade financeira. Apesar de sua experiência, Warsh é um reformista convicto. Ele argumenta que

o Fed subestima os ganhos de produtividade gerados pela inteligência artificial, que, segundo ele, têm um potencial de combate à inflação ignorado pela equipe de Powell.

Sua visão inclui uma redução agressiva do balanço patrimonial do banco central — atualmente inflado por anos de compras de ativos — sob o argumento de que isso redistribuiria a liquidez excessiva para a “economia real”. No curto prazo, a trajetória dos juros americanos permanece sob uma névoa de incerteza. Após três cortes realizados em 2025, a taxa de referência situa-se na faixa de 3,5% a 3,75%.

O Fed sinalizou uma pausa nos cortes em janeiro, citando a estabilidade do mercado de trabalho. Contudo, a entrada de Warsh em maio poderia reiniciar o ciclo de queda de forma mais acelerada. O mercado aguarda a reunião de 16 e 17 de junho como o primeiro grande teste da “era Warsh”, caso sua confirmação no Senado ocorra conforme planejado. **D**



Sem caixa

Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Antonio Guterres, emite alerta a países-membros sobre o risco de colapso financeiro iminente do órgão



EDUARDO MUNOZ/REUTERS

Guterres lançou força-tarefa para cortar custos e elevar eficiência

A Organização das Nações Unidas (ONU) está agonizando. É informação dada pelo secretário-geral do órgão, Antonio Guterres, aos Estados-membros, ao emitir um alerta severo há poucos dias sobre o risco de um colapso financeiro iminente. A crise de liquidez da entidade global está se aprofundando a ponto de ameaçar a execução de programas fundamentais, com deterioração prevista para o futuro próximo. A informação consta em uma carta acessada pela agência Reuters.

O agravamento da situação econômica da ONU ocorre em um momento em que os Estados Unidos, principal contribuinte do órgão, afastam-se do multilateralismo em diversas frentes, cortando financiamentos voluntários a

agências e recusando-se a efetuar pagamentos obrigatórios destinados aos orçamentos regulares e de manutenção da paz. Embora o presidente norte-americano, Donald Trump, tenha reconhecido o grande potencial da ONU, ele afirmou que a instituição não tem cumprido seu papel e lançou um 'Conselho da Paz', iniciativa que gera temores sobre a possível marginalização do órgão internacional.

Diferentemente do Conselho de Segurança da ONU, que busca o consenso entre 193 países, o conselho de Trump funciona como uma estrutura executiva que busca ser ágil, sediada em Washington, composta por conselheiros de segurança, líderes de inteligência e negociadores de alto nível escolhidos a

dedo pelo presidente. Bastante controversa, a iniciativa cobra uma espécie de "pedágio" dos países convidados a participar (de US\$ 1 bilhão) e, segundo o mandatário republicano, o objetivo é promover estabilidade em áreas afetadas por conflitos.

O conselho de Trump desafia o papel da ONU. Fundada em 1945 e composta por 193 Estados-membros, a ONU desempenha funções essenciais na manutenção da segurança internacional, promoção dos direitos humanos, fomento ao desenvolvimento socioeconômico e coordenação de ajuda humanitária. Guterres disse na carta que "as decisões de não honrar contribuições que financiam uma parte significativa do orçamento aprovado já foram formalmente anunciadas", embora não tenha nomeado os Estados envolvidos.

O sistema de financiamento da ONU estabelece que as contribuições variam conforme o tamanho da economia de cada país, sendo os Estados Unidos responsáveis por 22% do orçamento principal, seguidos pela China, com 20%. No entanto, o secretário-geral da organização revelou que, ao final de 2025, o montante de dívidas pendentes atingiu o recorde de US\$ 1,57 bilhão. Diante desse cenário, Guterres foi enfático ao declarar que as obrigações de pagamento devem ser honradas integralmente ou as regras financeiras da instituição precisarão ser fundamentalmente reformuladas para evitar o colapso.

Como parte dos esforços de contenção, Guterres lançou no ano passado a força-tarefa UN80, visando cortar custos e aumentar a eficiência, o que levou os Estados a concordarem com uma redução de cerca de 7% no orçamento de 2026, fixando-o em US\$ 3,45 bilhões. Contudo, o secretário-geral alertou que a organização pode ficar sem recursos já em julho deste ano, em crise agravada por uma norma considerada antiquada que exige que o órgão credite de volta aos Estados centenas de milhões de dólares em contribuições não gastas anualmente. Guterres descreveu a situação como um "ciclo kafkiano", referindo-se à opressão burocrática descrita pelo autor Franz Kafka, ao destacar a ironia de ser obrigado a devolver um dinheiro que, na realidade, não existe nos cofres da organização. **D**

Dinheiro no mundo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional

Estados Unidos

Bill e Hillary Clinton vão depor sobre Epstein

O ex-presidente americano Bill Clinton e a esposa e ex-secretária de Estado, Hillary Clinton, vão depor separadamente no fim de fevereiro em comissão do congresso do país que investiga o caso do falecido financista e criminoso sexual americano Jeffrey Epstein. Os parlamentares querem ouvir Bill Clinton sobre seus vínculos com Epstein e, Hillary, pelo que ela possa saber sobre a relação entre o marido e o financista, que se matou na prisão em 2019.

Argentina

Titular de estatísticas renuncia

O titular do órgão de estatísticas da Argentina, Marco Lavagna, renunciou ao cargo que ocupava desde 2019, após diferenças com o governo de Javier Milei sobre o momento de aplicar uma nova metodologia para medir a inflação. O país vai atualizar a maneira como calcula o indicador, para que possa refletir de forma mais precisa os hábitos de consumo atuais. Lavagna queria o novo indicador difundido em 10 de fevereiro, mas Milei quer esperar a consolidação do processo de desinflação.

Rússia

Passos para trás

A economia russa cresceu 1% em 2025, anunciou nesta semana o presidente do país, Vladimir Putin. Se comparado a anos anteriores, o desempenho sofreu desaceleração — sobretudo, devido ao peso da guerra na Ucrânia, iniciada em 2022. O país já teve um enorme gasto com as forças armadas e houve impacto para a inflação, afetando o crescimento real. Em 2023 e 2024, a Rússia cresceu pouco mais de 4%. “A tarefa é clara: precisamos restaurar a taxa de crescimento da economia, melhorar o clima empresarial e aumentar investimentos”, disse Putin.

Alemanha

Merz segue em defesa do acordo UE-Mercosul

O chanceler federal alemão Friedrich Merz segue em defesa da implementação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, assinado em 17 de janeiro, mesmo com a contestação judicial movida por parlamentares europeus. Merz disse nesta semana que o tratado deverá entrar em vigor, de forma provisória, mesmo antes da análise pelo Tribunal de Justiça do bloco. “Este acordo comercial entrará em vigor provisoriamente no momento em que o primeiro Estado sul-americano o ratificar”, afirmou.

US\$ 1,25 tri

é quanto agentes do mercado financeiro avaliam o negócio resultante da **fusão** entre **SpaceX** e **xAI**, ambas de Elon Musk. A SpaceX adquiriu a xAI para "formar o motor de inovação mais ambicioso e verticalmente integrado na Terra, e fora dela", com inteligência artificial (IA), foguetes, internet baseada no espaço, comunicações diretas para dispositivos móveis e a principal plataforma mundial de informações em tempo real.



DEINIS BALBOISE/REUTERS

1,2%

foi quanto **recuou** a **produção industrial** em dezembro, divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nesta semana. Foi a queda mais intensa desde julho de 2024, quando houve recuo de 1,5%.

R\$ 2 bi

é o volume de **investimentos** da **Uber** no país, feito em quatro etapas, o qual inclui o novo espaço no Itaim Bibi. O local amplia o espaço físico da companhia na capital paulista e complementa o atual escritório que fica em Pinheiros. O novo local reflete a necessidade de ampliar a infraestrutura para acomodar as equipes com o avanço dos negócios no país.



JEFF CHIU/AP

US\$ 1 bi

é o valor que a Organização Mundial da Saúde (**OMS**) precisa **arrecadar** neste ano, com o objetivo de apoiar os serviços essenciais de saúde nos países que enfrentam as situações de emergência mais graves. O apelo foi feito pela organização para apoiar trabalhos em 36 zonas de emergência, entre elas Gaza e o Oriente Médio, Sudão, Ucrânia, Haiti e Mianmar.

US\$ 16 bi

foi o valor **captado** pela startup dos robotáxis Waymo, subsidiária da Alphabet (Google), no início da semana em uma **rodada de financiamento** que avaliou a empresa de veículos autônomos em US\$ 126 bilhões.

Para advogado, assessores deixaram de prestar assessoria e priorizam venda

'FGC como muleta'

Associação de Defesa do Consumidor e Trabalhador ajuíza ação civil pública contra XP, BTG e Nubank relacionada ao caso do banco Master

De olho na conduta de corretoras no âmbito do caso do banco Master, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador (Abradecont) ajuizou uma ação civil pública contra XP, BTG Pactual e Nubank – considerando os três players como parte da cadeia e com uma certa parcela de culpa pelo ocorrido aos investidores. Para a associação, as instituições usaram o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) como muleta para vender Certificados de Depósito Bancários (CDBs) do Master, conduta equivocada, a qual mostra “que assessores deixaram de prestar as-

essoria para se tornarem vendedores”. Evilásio Erthal, o diretor jurídico da Abradecont, disse à IstoÉ Dinheiro que a ação civil pública está com o Ministério Público, em fase inicial.

O valor inicial sugerido de reparação e indenização seria da ordem de R\$ 100 milhões por dano moral coletivo, dividido entre XP, BTG e Nubank – sendo da XP a maior fatia por ter sido a casa que mais vendeu os títulos entre as três casas. O Nubank ficaria com uma fatia menor que 20% do total. “Ainda não tivemos manifestação das partes, mas já foi ao Ministério Público. É uma ação

em que estamos pleiteando reparo de danos materiais, individuais, morais e coletivo, justamente em decorrência da falha de comunicação e de distribuição”, disse Erthal.

Ainda é difícil calcular a indenização, continua o especialista, dado o estágio inicial do processo. Isso deverá ocorrer após “análise caso a caso”. Sendo assim, os R\$ 100 milhões iniciais são apenas uma sugestão calculada por enquanto. “Há prejuízo relevante, inclusive porque mesmo os investidores cobertos pelo FGC tiveram esse dinheiro imobilizado. Ele ficou parado cerca de dois

will

**Em Liquidação
Extrajudicial**

28/Jan/2026

COMUNICADO

Comunicamos aos clientes do Willbank que as faturas de cartões de crédito somente poderão ser pagas mediante geração de boleto, não sendo possível o pagamento por Pix.

O Liquidante



**ABRADECONT INGRESSA
COM AÇÃO CIVIL PÚBLICA
CONTRA NUBANK, XP
INVESTIMENTOS E BTG
PACTUAL**

FOTOS REPRODUÇÃO

Associação incluiu emenda na ação civil para incluir o Will Bank, em liquidação extrajudicial e pertencente ao conglomerado do Master

meses sem a remuneração que a pessoa esperava”, afirma.

Com o desenrolar da ação, a expectativa é de que ocorram medidas de ajuste de conduta, e o caso sirva como mola propulsora para novas regulações e legislações sobre o tema, vetando eventuais práticas que usem o FGC como instrumento de persuasão na venda de produtos financeiros. “O capital do FGC não pertence às plataformas”, observa o diretor jurídico da Abradecont.

A maior falha, na visão dele, foi a falta de informação. “As distribuidoras possuem conhecimento técnico para saber se o produto poderia ser comercializado ou não. A gente pede que essa prática seja cessada. A imagem das plataformas também é importante porque as instituições acabam sendo abaladas em um caso como esse”. Nesse aspecto, o entendimento é de que há “responsabilidade objetiva das plataformas no caso”, dado que todas fazem parte da cadeia de consumo. A IstoÉ Dinheiro procurou a XP, o BTG Pactual e o Nu-

bank. O Nubank declarou que “a oferta de novos CDBs do banco Master foi encerrada em 2024”. “Reforçamos que o Nubank não utiliza o modelo de assessores de investimento, garantindo que os clientes tenham total autonomia para escolherem seus produtos diretamente no aplicativo. Todas as nossas atividades observam rigorosamente as normas regulatórias vigentes”, disse a companhia em nota. O BTG Pactual e a XP não comentaram o caso.

Will Bank entra na jogada

A associação realizou, ainda, uma emenda na ação civil para inclusão do caso do Will Bank, que integra o mesmo conglomerado do Master e, no dia 21 de janeiro, também teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central (BC). Quando foi decretada a liquidação do Master, o BC optou por manter o banco Master Múltiplo operando sob Regime Especial de Administração Temporária (REAT). O BC ainda enxergava a possibilidade de uma solução que

preservasse o funcionamento da Will Financeira. Tal solução, contudo, não se mostrou viável. O golpe fatal veio na segunda-feira, 19, quando a Will Financeira deixou de honrar um arranjo de pagamentos com a Mastercard.

“Assim, tornou-se inevitável a liquidação extrajudicial da Will Financeira, em razão do comprometimento da sua situação econômico-financeira, da sua insolvência e do vínculo de interesse evidenciado pelo exercício do poder de controle do banco Master S.A., já sob liquidação extrajudicial”, informou o BC.

Quando decretada a liquidação extrajudicial, os clientes do Will Bank deixaram de ter acesso às contas. Ainda assim, disseram advogados consultados pela IstoÉ Dinheiro, esses clientes não poderiam deixar de honrar pagamentos como o cartão de crédito – o que deixou muitas pessoas em situação inusitada caso seja a única instituição financeira utilizada, já que os recursos ficaram bloqueados, dificultando portanto o cumprimento de compromissos. **D**

PicPay na bolsa

Banco digital de Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, abre capital na americana Nasdaq e rompe jejum de quatro anos em IPOs para empresas brasileiras

O banco digital PicPay — controlado pela família Batista, da JBS — estreou na bolsa americana Nasdaq após levantar US\$ 434 milhões em uma oferta pública inicial (IPO), sendo a primeira nova listagem de ações feita por uma empresa brasileira em mais de quatro anos. Fundado em 2012, e adquirido três anos depois pela J&F Investimentos (holding por trás da gigante de proteínas JBS), o PicPay vendeu 22,86

milhões de ações a US\$ 19 cada, que serão negociadas sob o código PICS.

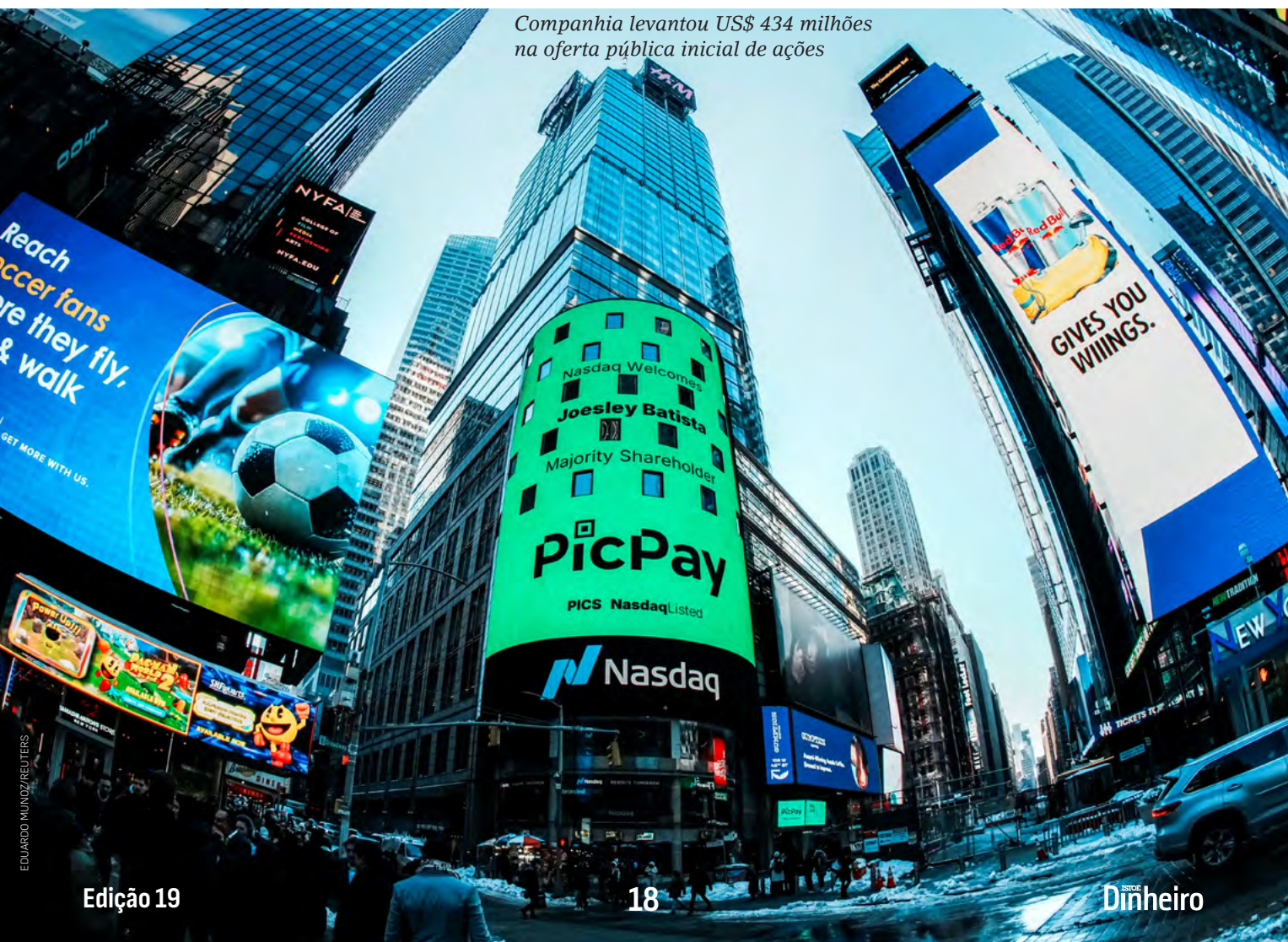
A oferta, que implica uma diluição de cerca de 21% para os acionistas existentes, avaliou a empresa em cerca de US\$ 2,6 bilhões, de acordo com o jornal Valor Econômico. A empresa também concedeu aos subscritores uma opção de trinta dias para comprar ações adicionais ao preço da oferta pública inicial, aumentando potencialmente o ne-

gócio para cerca de US\$ 500 milhões. Os irmãos Wesley e Joesley Batista, que mantêm mais de 90% do poder de voto na PicPay, têm conseguido sucesso no mercado de capitais americano.

A dupla, vale lembrar, se recuperou de um escândalo de corrupção no Brasil há cerca de uma década, acusados no âmbito da Operação Lava Jato. Seus negócios abrangem frigoríficos, energia, mineração, fintech, mídia, cosméticos e muito mais em pelo menos 20 países. Os Batista levaram a JBS para a bolsa de Nova York no ano passado, onde os papéis da gigante de proteínas passaram a ser negociados em junho. A companhia, antes listada apenas no Brasil, continua na bolsa brasileira, a B3, mas comercializando apenas BDRs, ou seja, recibos de ações.

O banco digital da família Batista precificou sua oferta pública inicial de

Companhia levantou US\$ 434 milhões na oferta pública inicial de ações





Joesley Batista, um dos controladores do PicPay, também levou a JBS para bolsa americana

EDUARDO MUNOZ/REUTERS

ações nos Estados Unidos a US\$ 19 por papel, no topo da faixa indicativa. O PicPay disse que vendeu cerca de 22,9 milhões de ações Classe A na oferta, levantando cerca de US\$ 434 milhões. Os subscritores têm um prazo de trinta dias para exercer a opção de comprar 3,4 milhões de ações extras. A faixa de preços indicada para o IPO começava em US\$ 16 e a operação marca o retorno da listagem de empresas brasileiras em Nova York após um hiato de quatro anos.

O Citigroup, o Bank of America e o RBC Capital Markets atuaram como coordenadores globais da oferta, com o Mizuho, Wolfe e Nomura Alliance, Bradesco BBI, BB Securities, BTG Pactual e XP também atuando como bookrunners. O banco digital já havia buscado anteriormente uma listagem nos EUA em 2021, mas abandonou o plano devido às adversidades do mercado.

A Bicycle Capital, um fundo de crescimento liderado por ex-executivos da

SoftBank, incluindo o bilionário boliviano Marcelo Claure, comprometeu-se a investir US\$ 75 milhões na oferta da recém-listada PicPay, de acordo com um comunicado. A oferta pública inicial rompe uma pausa de quatro anos sem IPOs para empresas brasileiras – e pode abrir as portas para outras. O chefe do banco de investimento do UBS BB no Brasil, Anderson Brito, disse que uma pesquisa com investidores institucionais previu mais de dez IPOs brasileiros em 2026, seja no Brasil ou no exterior.

Uma delas é da empresa de tecnologia financeira Agibank, avaliada em R\$ 9,3 bilhões no final de 2024, a qual entrou com pedido de listagem neste mês em Nova York. As fintechs brasileiras, em particular, têm obtido sucesso nos Estados Unidos devido a comparações favoráveis com seus pares globais. A última empresa brasileira a abrir o capital foi o banco digital Nubank, que estreou na bolsa de Nova York, a NYSE, ao final de

2021, quando levantou US\$ 2,6 bilhões. A última oferta pública inicial brasileira ocorreu na B3, do Brasil, realizada pela produtora de fertilizantes Vittia, em setembro de 2021. Nova York pode continuar atraindo a abertura de capital de grupos brasileiros, disse o analista de investimentos Pedro Galdi, da fintech AGF, porque os retornos das ações são insignificantes em comparação com os rendimentos da dívida doméstica.

“Com a taxa básica de juros em 15% ao ano, quem iria querer investir em uma oferta pública inicial no Brasil?”, questionou. Em contrapartida, o negócio da PicPay ilustra uma demanda sólida nos Estados Unidos. “Acho que este ano veremos mais IPOs nos Estados Unidos, não apenas de empresas brasileiras, mas também de empresas de tecnologia americanas”, disse Ulrike Hoffmann, diretora global de ações da UBS Global Wealth Management, em uma conferência no Brasil há poucos dias. **D**



Unidade poderá ser objeto de contrato sale-lease-back, com parte do ativo ocupado pela própria indústria

Um desfecho para a LG

Companhia está prestes a formalizar a venda de sua fábrica em Taubaté, desativada há quatro anos. Local será convertido em complexo logístico

Eduardo Vargas

Há pelo menos quatro anos a fábrica da LG em Taubaté, em São Paulo, destinada a produzir smartphones estava parada – e especulava-se o futuro do imóvel. Um dos principais marcos industriais do Vale do Paraíba por mais de duas décadas, se não houver entraves, a unidade vai para as mãos da São José Desenvolvimento Imobiliário 120. Mesmo antes de ser vendido, o imóvel estava desativado desde 2021 e servia para outras atividades da companhia.

Com base nas regras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a operação está em fase de concretização. Tudo depende apenas de uma conclusão formal do negócio. A planta, que pertencera à LG Electronics, e estava desativada, foi adquirida em um contrato de compra de ativos celebrado em 6 de janeiro deste ano. Ela será convertida em um complexo logístico,

um movimento estratégico considerando a forte demanda por galpões e centros de distribuição ao longo da Via Dutra, a principal ligação rodoviária entre as regiões metropolitana de São Paulo e o Rio de Janeiro. O valor da transação não foi divulgado.

Ao Cade, as partes argumentaram que a transação não suscita impactos ao mercado, já que não envolve integração vertical ou horizontal entre os negócios das empresas. Parte do imóvel poderá ser objeto de um contrato de sale-lease-back, o que significa que a própria LG poderá continuar a ocupar parte do ativo por prazo estendido por meio de aluguel.

Paralisação da unidade

O imóvel da LG em Taubaté já havia sido esvaziado pouco a pouco antes mesmo de sua paralisação total, em 2021. Foi quando a empresa, em conso-

nância com sua estratégia global, descontinuou a produção de celulares – um segmento em que enfrentava dificuldades e acumulava prejuízos há vários trimestres. Desde então, a planta ficou subutilizada, transformando-se em um ativo ocioso que passou a ser alvo de debates sobre seu destino.

Em 2024, autoridades estaduais mostraram interesse em atrair investimentos para o terreno, inclusive por meio da agência de promoção de investimentos, a InvestSP, mas sem resultados concretos na época. A história da planta fabril se insere em um amplo contexto de transformações industriais no Brasil em anos recentes, quando reestruturações de empresas de grande porte mudaram o foco para áreas mais lucrativas ou estratégicas.

A saída da LG dos segmentos de celulares, por exemplo, refletiu dificul-

Empresas

dades enfrentadas globalmente pela empresa no competitivo mercado de smartphones, dominado por fabricantes que detêm grandes fatias de participação global. Esse movimento não foi isolado. A própria Ford, por exemplo, encerrou suas operações industriais no Brasil e vendeu os ativos em Taubaté, em 2022, para o mesmo grupo São José, que transformou o terreno em ativo imobiliário.

O conjunto de velhas fábricas que ganhou novo uso imobiliário ou logístico ilustra uma tendência de reocupação de terrenos industriais subutilizados, embora não sem desafios relacionados à transição de mão de obra e adaptação do tecido econômico regional.

Recentemente, a LG anunciou um investimento de R\$ 1,5 bilhão em Rio Grande, na região metropolitana de

Curitiba, no Paraná, onde vai inaugurar uma fábrica em julho. Com pouco mais de 700 mil metros quadrados, a unidade vai fabricar até 500 mil refrigeradores por ano e deverá incorporar a produção de máquinas de lavar e de secagem de roupas, onde vai concorrer no disputado segmento onde atuam Brastemp e Electrolux.

Os novos donos

A compradora do imóvel que pertencia à LG, a São José Desenvolvimento Imobiliário 120 Ltda., faz parte do grupo São José, um ator significativo no setor de construção civil e desenvolvimento imobiliário no Brasil. A empresa atua na construção de edifícios residenciais e comerciais, no planejamento e execução de loteamentos e na administração de obras de infraestrutura.

Esse histórico de atuação alinhado ao mercado imobiliário sugere que a transformação do ativo, que hoje ocupa uma extensa área industrial às margens da Dutra, em um complexo logístico, tem razão de ser. A região do Vale do Paraíba, por sua localização estratégica, é reconhecida como um eixo importante para operações de distribuição e armazenagem, justamente pela proximidade com grandes centros de consumo e escoamento de mercadorias.

Apesar das expectativas, não há data definida para o início das obras nem cronograma oficial de implantação do empreendimento logístico. A concretização dependerá de uma série de etapas, como obtenção de licenças ambientais, estudos técnicos e aprovação de projetos junto às autoridades municipais e estaduais. **D**



Unidade fabril deverá ser adquirida pela São José Desenvolvimento Imobiliário

REPRODUÇÃO/TV VANGUARDA



Fictor Alimentos, um dos negócios do grupo, abriu capital em 2024

suspeita de gestão fraudulenta, apropriação indébita, emissão de títulos falsos e operar instituição financeira sem autorização.

Informações divulgadas pelo próprio grupo no pedido de RJ indicam que o valor de suas dívidas alcança R\$ 4 bilhões. Mais da metade da soma é devida a investidores pessoa física que aportam dinheiro por meio de Sociedade em Conta de Participação (SCPs), citou o Pipeline, do Valor. É um modelo de aporte em que o investidor se torna sócio e põe recursos para serem investidos em projetos que a Fictor desenvolve. Outras subsidiárias, a exemplo da Fictor Alimentos, listada na bolsa brasileira, não integram o pedido e seguem com as operações normalizadas.

O Fictor teria iniciado sua reestruturação antes de pedir a RJ, demitindo parte de seus funcionários e reduzindo sua estrutura física. A própria companhia informa que “teve a preocupação, porém, de fazer esse movimento antes do pedido de recuperação judicial para proteger os direitos dos colaboradores e agilizar o recebimento das indenizações trabalhistas”. Houve ainda um pedido de tutela de urgência para que execuções de dívidas e bloqueios de bens sejam imediatamente impedidos durante um período de 180 dias, enquanto a Justiça analisa o processo de RJ. O objetivo seria reduzir “o risco de corridas individuais que pressionem ainda mais a liquidez e prejudiquem uma solução coletiva e equânime”. O advogado respon-

Uma crise sem fim

Holdings do grupo Fictor, companhia que tentou salvar o Master, pede recuperação judicial e culpa o banco por impactos à reputação

Os desdobramentos da crise do banco Master abraçaram a holding do grupo Fictor, que protocolou um pedido de recuperação judicial (RJ) há poucos dias. A companhia, que tentou comprar o banco às vésperas da liquidação extrajudicial, em novembro, apontou a crise do banco como causa de sua situação. “Com a decretação da liquidação da instituição pelo Banco Central

(BC), um dia após o anúncio da aquisição, a reputação do grupo foi atingida por especulações de mercado, que geraram um grande volume de notícias negativas, atingindo duramente a liquidez da Fictor Invest e da Fictor Holding”, explica a nota enviada pelo grupo à IstoÉ Dinheiro. Poucos dias depois, nesta mesma semana, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar a companhia,

Calote ao Palmeiras

O pedido de recuperação judicial protocolado pelo grupo Fictor evidencia um débito de R\$ 2,66 milhões junto à Sociedade Esportiva Palmeiras. Um contrato de patrocínio firmado pela holding com o time em março de 2025 previa o pagamento de R\$ 30 milhões por ano pelas próximas três temporadas, com possibilidade de renovação por mais um ano. O Palmeiras informou que rompeu o contrato de patrocínio com a Fictor após a companhia entrar com processo de recuperação judicial.



sável pelo caso é Carlos Deneszczuk, do escritório DASA Advogados.

Fundada em 2007, a holding Fictor reúne em seu portfólio negócios no ramo de energia, infraestrutura, soluções de pagamento e alimentos. Seu principal ativo é a Fictor Alimentos S.A., que atua no ramo de carne refrigerada, com fábricas em Minas Gerais e Rio de Janeiro, a qual gera cerca de 3,5 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. No final de 2024, a empresa passou a ter ações negociadas na bolsa de valores.

Em 17 de novembro de 2025, na véspera do decreto de liquidação extrajudicial do Master, a Fictor Holding Financeira acertou a aquisição de parte estrutural dos negócios do banco em conjunto com um consórcio formado por investidores dos Emirados Árabes Unidos. A operação incluiria um aporte imediato de R\$ 3 bilhões destinado ao fortalecimento da estrutura de capital do banco, e não contemplaria o Will Bank e o Banco Master de Investimentos. **D**

REPRODUÇÃO



Grupo tem negócios em energia, infraestrutura e fábricas de alimentos

Caso Master e o strike à regulação

Alexandre Inácio

A recente incursão do ainda ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no complexo terreno da regulação financeira brasileira revelou uma tensão latente sobre as fronteiras de supervisão do mercado de capitais no Brasil. Ao admitir que o governo estuda a possibilidade de o Banco Central (BC) assumir a fiscalização dos fundos de investimentos, função historicamente desempenhada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o ministro não apenas propôs uma mudança administrativa, mas tocou em um pilar estrutural do sistema financeiro.

Rapidamente, a CVM distribuiu nota pública rememorando que o papel de regulador de fundos de investimento é estabelecido em leis, não em atos do Executivo, e adicionou ser adequado que a evolução de mecanismos de fiscalização das autarquias ocorra “no âmbito de suas competências legais”. O sinal de alerta depois do que disse Haddad foi disparado não apenas nos corredores das autarquias,

mas em todo o mercado. O desconforto do governo está em episódios recentes de instabilidade, personificados no caso do Banco Master, da Reag Investimentos e, mais recentemente, do Will Bank — parte do grupo Master. Ficou evidente que existem zonas cinzentas na vigilância de operações que transitam entre o balanço bancário e os veículos de investimentos. Na visão do Ministério da Fazenda, a fragmentação atual da fiscalização criaria pontos cegos perigosos, onde riscos sistêmicos poderiam ser gestados sem que uma única autoridade tivesse a visão completa do tabuleiro.

O que disse o ministro gerou muito ruído. O argumento predominante entre os críticos é que o BC já possui, por meio de convênios e sistemas compartilhados, amplo acesso às informações dos fundos, o que tornaria uma mudança não apenas desnecessária, mas potencialmente prejudicial à agilidade do mercado. Por outro lado, a equipe econômica do governo insiste que a convergência para o BC permitiria uma visão mais holística do crédito e da liquidez no sistema, evitando que instituições financeiras utilizem a estrutura de fundos para contornar exigências prudenciais mais rígidas. Nos

corredores da Faria Lima, existe um certo consenso sobre o caso. Para economistas, gestores e mesmo executivos de bancos, o argumento do BC é fraco. “Se o mercado todo, incluindo gestores de fundos e banqueiros, sabiam o grau de informação que o Banco Central já não tinha muito antes de todos nós”, disse o executivo de um banco sob a condição de anonimato. Em todo esse processo, o Master gerou um prejuízo de quase R\$ 50 bilhões ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), incluindo as perdas geradas com a liquidação do Will Bank. Apesar do tamanho do buraco deixado por Vorcara, especialistas em mercado de capitais são quase unânimes em considerar que não houve “contaminação” à indústria de fundos. Enquanto o governo avalia o envio de propostas legislativas para formalizar a intenção de mudar as regras na fiscalização, o setor financeiro permanece em estado de vigília. O desenlace do embate definirá se o Brasil caminhará para um modelo de “super-regulador” ou se manterá a dualidade de competências que, apesar das críticas, moldou um dos mercados financeiros mais sofisticados e resilientes do mundo em desenvolvimento.

Quem é quem na Heineken

A recente renúncia do CEO global, Dolf van den Brink, direcionou holofotes à administração de uma das maiores cervejarias do mundo

Eduardo Vargas

Com uma recente troca de comando, a holandesa Heineken viveu uma ruptura. De forma inesperada, o presidente-executivo da gigante, Dolf van den Brink, renunciou ao seu cargo após seis anos em meio às vendas fracas e mudanças no perfil de consumo. Cada vez mais, as cervejas zero álcool e os tipos “premium” têm sido apostas das cervejarias mundo afora para lidar com as escolhas de diferentes gerações, e tentar manter (ou elevar) resultado.

O cenário, é claro, despertou curiosidade sobre a história da cervejaria – uma das mais antigas – e direcionou holofotes à administração da Heineken. A líder do conselho de administração, a empresária Charlene de Carvalho-Heineken, é a herdeira do império cervejei-

ro que perdura por gerações e tem uma origem que remonta ao século 19. Ela é casada com Michel Ray de Carvalho, financista que é filho de um diplomata brasileiro e de uma mãe britânica. Michael, por sua vez, também possui uma cadeira no conselho da cervejaria.

Michel Ray de Carvalho nasceu como Michel Ray Popper, em julho de 1944, em Gerrards Cross, na Inglaterra. É um executivo do setor financeiro com atuação internacional, cuja trajetória reúne passagens pelo cinema, esporte de alto rendimento e por cargos de liderança no mercado global. Com ascendência brasileira e britânica, ele cresceu em ambiente multicultural e teve formação marcada por experiências fora de seu país de nascimento. Na juventude, adotou o no-

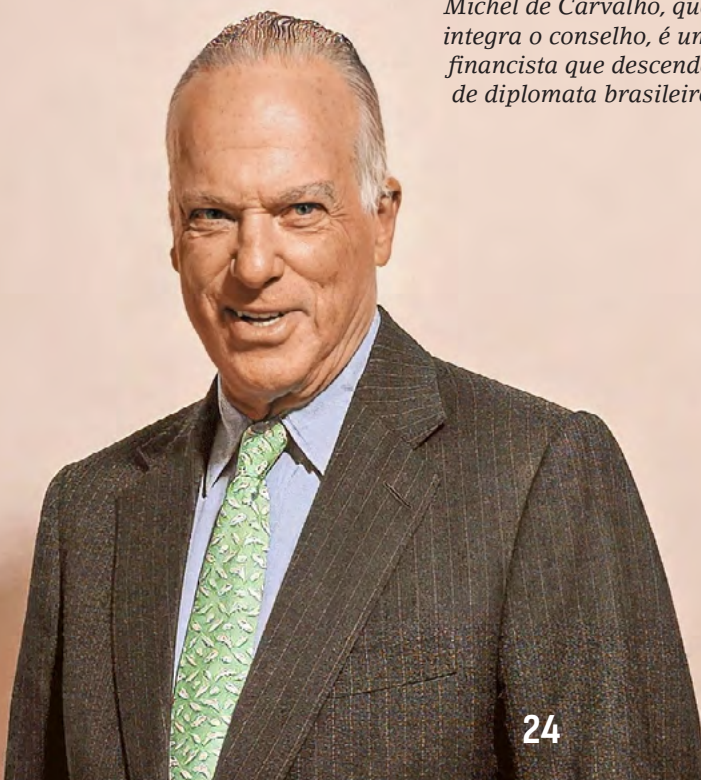
me artístico Michel Ray e participou de produções cinematográficas – entre elas, o clássico ‘Lawrence of Arabia’ (1962), no qual atuou ainda jovem.

Encerrada a fase no cinema, voltou-se para a área econômica. Estudou na Universidade de Harvard, onde concluiu a graduação e obteve um MBA, que deram a base acadêmica para a inserção no sistema financeiro internacional. Carvalho passou por instituições de grande porte. Em 2009, ocupou o cargo de vice-presidente em banco de investimentos no Citigroup, onde presidiu o Citi Private Bank em região que abrange Europa, Oriente Médio e África. Antes disso, atuou em instituições como Harvard Business School, Credit Suisse e Nikko Securities. Há cerca de dez anos, mais especificamente em abril de 2015, tornou-se diretor executivo da Heineken Holding N.V. Paralelamente, segue como membro de conselhos e diretor em outros empreendimentos comerciais.

Além da carreira corporativa, Michel Ray de Carvalho também teve atuação no esporte. Representou a Grã-Bretanha em edições dos Jogos Olímpicos de Inverno, competindo nas modalidades de esqui e luge entre 1968 e 1976, período em que conciliou a prática esportiva com a formação acadêmica e a trajetória profissional. Seu casamento com Charlene de Carvalho-Heineken ocorreu em 1983. Ela é filha de Freddy Heineken, então principal figura do grupo cervejeiro.

Charlene é a principal herdeira e acionista do grupo que leva o sobrenome da família. Nascida em 1954, é acionista controladora da Heineken N.V. e ocupa posição-chave na estrutura de governança do grupo. Sua fortuna é estimada em dezenas de bilhões de dólares, e ela já foi citada entre as mulheres mais ricas dos Países Baixos. A chegada de Charlene ao centro das decisões ocorreu no início dos anos 2002, após a morte do pai. Até então, ela se mantinha distante da rotina empresarial da companhia, residindo em Londres com o marido e os filhos. Na sucessão, Charlene herdou cerca de 25% do capital

Michel de Carvalho, que integra o conselho, é um financista que descende de diplomata brasileiro



DIVULGAÇÃO/CAPITAL GENERATION PARTNERS

da companhia, participação suficiente para influenciar diretamente os rumos do negócio. Ela optou por assumir a responsabilidade de preservar o controle familiar, passando a exercer influência estratégica sem ocupar cargos executivos tradicionais.

Controle em cascata

A Heineken consolidou, ao longo das últimas décadas, uma estrutura societária voltada à preservação do controle familiar em uma empresa de capital aberto. O modelo, conhecido no mercado como controle em cascata, permite que a família fundadora mantenha o poder de decisão estratégica mesmo sem deter a maioria absoluta do capital econômico.

Na prática, a organização funciona como uma pirâmide com três níveis distintos, cada um com papel definido na governança corporativa. No topo está a L'Arche Holding S.A., empresa de capital fechado controlada por Charlene de Carvalho-Heineken e outros membros da família. A holding não possui operações industriais ou comerciais, atuando exclusivamente como concentradora do poder acionário.

A família Heineken detém 89% do capital da L'Arche Green N.V. O restante pertence à família Hoyer, parceira histórica do grupo. No nível intermediário está a Heineken Holding N.V., listada na

bolsa de Amsterdã (Euronext). Diferentemente de companhias operacionais, sua única função é deter participação acionária na empresa produtiva do grupo. A L'Arche Holding controla pouco mais de 50% das ações da Heineken Holding, garantindo à família o comando dessa camada, mesmo com a presença de outros acionistas do mercado.

Na base da pirâmide está a Heineken N.V., responsável pela produção, distribuição e gestão do portfólio global de marcas, como Heineken, Amstel, Sol e Tiger. A Heineken Holding N.V. detém 50,005% das ações da companhia operacional, percentual suficiente para assegurar o controle das decisões corporativas. O restante do capital é negociado em bolsa e pertence a investidores institucionais e individuais ao redor do mundo, incluindo grupos que historicamente tiveram participação relevante, como a mexicana FEMSA, que vem reduzindo sua fatia nos últimos anos.

O modelo limita a influência de investidores minoritários, mesmo quando detêm participações relevantes. Em 2023, por exemplo, Bill Gates adquiriu uma fatia próxima de 3,8% da Heineken, tornando-se um dos principais acionistas individuais fora do núcleo familiar. Ainda assim, sua participação não altera o equilíbrio de poder definido pela estrutura societária. **D**

Discípulo de Pasteur

Durante um período de mudanças no consumo de cerveja na Europa, o grupo começou as operações em 15 de fevereiro de 1864, quando Gerard Adriaan Heineken, então com 22 anos, adquiriu a cervejaria De Hooiberg, em Amsterdã. Fundada no século 17, a empresa enfrentava dificuldades financeiras.

O investimento teve apoio familiar e marcou a entrada de Gerard em um setor ainda pouco industrializado nos Países Baixos. Na época, predominavam cervejas de fermentação superior, com variações frequentes de padrão. A transformação ocorreu nas décadas seguintes, com a introdução de métodos científicos na produção. Em 1886, a empresa contratou o químico H. Elion, aluno de Louis Pasteur, para desenvolver uma levedura própria.

O trabalho resultou na Levedura A, utilizada exclusivamente pela Heineken até hoje. A padronização do processo permitiu maior escala de produção, mantendo características constantes do produto. Com a estabilidade do processo produtivo, a empresa iniciou sua expansão internacional. No início do século 20, já exportava para diversos países.

Em 1933, tornou-se a primeira cerveja importada a ser comercializada nos Estados Unidos após o fim da Lei Seca, ampliando sua presença em um mercado relevante. A partir da década de 1940, sob a liderança de Alfred Henry "Freddy" Heineken, neto do fundador, a companhia passou a investir de forma estruturada em marketing e identidade visual. Foi quando os elementos conhecidos — o rótulo verde, a estrela vermelha e o redesenho do logotipo — contribuíram para a padronização global da marca. Ao longo do século 20, a Heineken deixou de operar apenas como cervejaria e passou a atuar como grupo internacional, com aquisições de marcas regionais e fábricas em diferentes continentes.

Charlene de Carvalho-Heineken, com quem Ray se casou, é a herdeira da cervejaria

DIVULGAÇÃO



Iniciativa deve contribuir para a economia de aproximados R\$ 2 bilhões

DIVULGAÇÃO/CORREIOS

Rota de transformação

Correios dão início ao Plano de Desligamento Voluntário, etapa crítica do plano de recuperação institucional. Estatal amarga um rombo anual de R\$ 4 bilhões

A direção dos Correios inicia o Plano de Desligamento Voluntário (PDV), uma das etapas mais críticas de seu plano de recuperação institucional. A medida não é apenas um ajuste administrativo, mas uma manobra de emergência para tentar salvar a saúde financeira da companhia, uma das maiores empresas públicas do país. Sob a liderança de Emmanoel Rondon, que assumiu a presidência com o desafio de modernizar a entidade, a estatal busca o desligamento voluntário de até quinze

mil funcionários até o final de 2027. O cronograma é agressivo: a meta é que dez mil profissionais deixem a companhia ainda em 2026, seguidos por outros cinco mil no ano seguinte. Se concretizada, a redução do quadro de pessoal deverá aliviar as obrigações de caixa em R\$ 2,1 bilhões anuais, soma considerada vital para reverter um cenário de insolvência iminente.

Relatórios internos e dados apresentados ao Ministério das Comunicações revelam que os Correios enfrentam um

déficit estrutural superior a R\$ 4 bilhões por ano. Até setembro de 2025, o prejuízo acumulado já somava pouco mais de R\$ 6 bilhões, um reflexo direto da perda de mercado para gigantes do comércio eletrônico e empresas privadas de logística que operam com custos mais baixos e maior agilidade tecnológica.

Com um patrimônio líquido negativo de R\$ 10,4 bilhões, a estatal viu-se obrigada a recorrer ao mercado financeiro no apagar das luzes do ano passado. Foi quando a estatal captou R\$ 12



Plano de recuperação da estatal anunciado pela diretoria terá três etapas

DIVULGAÇÃO/CORREIOS

bilhões em empréstimos bancários para garantir o pagamento de obrigações imediatas. No entanto, a diretoria admite que ainda há um hiato de R\$ 8 bilhões necessários para equilibrar o balanço de pagamentos ao longo de 2026, o que torna o corte de despesas com pessoal uma prioridade absoluta.

As regras do novo PDV foram desenhadas para atrair o maior número possível de adesões sem comprometer a operação essencial. A grande novidade desta edição é a flexibilização da faixa etária, permitindo que profissionais que ainda não completaram 75 anos se inscrevam, ampliando significativamente o público-alvo em comparação ao plano anterior. Para os empregados que decidirem pela saída, os Correios oferecem a manutenção de um plano de saúde familiar com custos reduzidos e cobertura regional, uma tentativa de mitigar o impacto da perda do benefício corporativo e facilitar a transição para a aposentadoria ou outras atividades.

O critério de elegibilidade exige ao menos dez anos de serviço efetivo e o recebimento de salários por, no mínimo, 36 meses dentro dos últimos cinco anos. O período de adesão terá fim em 31 de março, com desligamentos previstos para conclusão até o fim de maio de 2026. A reestruturação, contudo, vai muito

além da redução da folha de pagamento. O plano detalhado por Rondon está dividido em três horizontes temporais distintos. No curto prazo, a prioridade é a recuperação da liquidez e a estabilização da operação logística com o capital captado. No médio prazo, o foco desloca-se para a reorganização da rede física, o que inclui o fechamento de aproximadamente mil agências — o equivalente a 16% de todas as unidades próprias da estatal no

país. Muitas dessas unidades são consideradas deficitárias e sua manutenção torna-se insustentável diante da queda no volume de correspondências físicas.

Além disso, a empresa planeja a venda de ativos imobiliários subutilizados e uma revisão profunda nos planos de previdência complementar, buscando estancar sangrias financeiras históricas. Já em longo prazo, a meta é uma transformação radical na natureza societária da estatal. Embora o governo tenha descartado a privatização total no momento, a diretoria trabalha com a contratação de consultorias externas para avaliar a transformação da companhia em uma empresa de capital misto, nos moldes da Petrobras e do Banco do Brasil. Tal mudança permitiria a abertura de capital e a entrada de investidores privados, garantindo governança de mercado e maior facilidade para parcerias em setores rentáveis, como seguros e serviços financeiros. “A correção de rota precisa ser feita de forma rápida”, já disse Rondon.

Para assegurar a transparência do processo, os Correios estabeleceram uma estrutura de governança específica. Relatórios mensais de desempenho e progresso da reestruturação serão submetidos ao conselho de administração e à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). **D**

DIVULGAÇÃO/CORREIOS



Estatal poderá tornar-se uma empresa de capital misto no futuro

Um alemão na Levi's brasileira

Operação terá o ex-Nike Karsten Koehler à frente dos negócios num momento de diversificação de estratégia no mercado brasileiro



Koehler está à frente de operação que se tornou um pilar estratégico da marca

A americana Levi's oficializou a nomeação do executivo alemão Karsten Koehler à frente da operação brasileira, em um movimento estratégico que coincide com o fortalecimento do país entre os dez maiores mercados globais da marca. Com sede em São Paulo, o executivo assumiu o cargo em janeiro deste ano, reportando-se diretamente à liderança executiva responsável pelas operações na América Latina.

A chegada de Koehler, com longa trajetória na Nike, ocorre em um momento de otimismo financeiro para a Levi's. A companhia encerrou 2024 com uma receita de US\$ 6,36 bilhões — avanço de 3% sobre o ano anterior — e projeta fechar o ciclo de 2025 com faturamento entre US\$ 6,5 bilhões e US\$ 6,6

bilhões, impulsionada pelo desempenho do canal direct-to-consumer (DTC), ou seja, sem a intermediação de varejistas, o qual já representa quase metade das vendas totais da fabricante.

A escolha do novo comandante reflete a ambição da gigante do denim — um dos tipos de tecidos utilizados em calças e outras peças jeans — em consolidar seu posicionamento de lifestyle em solo brasileiro, apoiando-se em uma região que se tornou pilar estratégico para a matriz. Em 2025, a América Latina destaca-se com um faturamento aproximado de US\$ 1,5 bilhão. Karsten Koehler chega para liderar essa frente depois de acumular mais de 25 anos de experiência em posições de liderança nos segmentos de moda, esportes e varejo.

Em sua trajetória, o executivo acumulou passagens na Nike, onde ficou por 15 anos, e quatro anos no Grupo SBF/Fisia, o controlador da Centauro e o distribuidor oficial da marca esportiva no Brasil, onde esteve à frente de operações com faturamento superior a R\$ 5 bilhões.

Formado em Administração de Empresas pela University of Texas (Austin) e pela WHU (Alemanha), com especialização em Gestão Internacional na HEC (Paris), Koehler assume o desafio de impulsionar o crescimento nacional e reforçar a presença de mercado da marca. Segundo comunicado da companhia, o foco da nova gestão será ampliar a capilaridade da Levi's no Brasil, aproveitando o protagonismo que o país adquiriu diante das operações globais da companhia em um passado recente, equilibrando a tradição da marca com as novas demandas de consumo voltadas à experiência direta com o cliente.

O mercado de denim no Brasil é um dos mais robustos do mundo, mas atravessa um momento de readequação profunda. O país ostenta o título de um dos maiores produtores de jeans do planeta, com um parque industrial têxtil completo — que vai da colheita do algodão à confecção final —, mas enfrenta o desafio de manter as margens de lucro diante da concorrência de tecidos sintéticos e das mudanças no comportamento do consumidor pós-pandemia. Um ponto positivo é que em um cenário de inflação e renda apertada, o consumidor brasileiro enxerga o jeans como um investimento. É uma peça de “longa vida útil” que transita do ambiente de trabalho ao lazer. Por outro lado, o clima não ajuda: o calor que vem fazendo tem levado fabricantes a apostarem em tecidos mais leves. Esta é uma das diversificações na Levi's.

Ao todo, o Brasil produz cerca de 350 milhões a 400 milhões de peças de jeans por ano. Desse total, aproximadamente 95% fica no mercado interno. É um dado da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), sendo que o brasileiro consome, em média, duas peças de denim por ano. É um dos maiores índices globais, superando muitos mercados europeus. Já em faturamento, o setor de confecção em jeans movimentou aproximadamente R\$ 25 bilhões anuais no varejo. **D**

DIVULGAÇÃO

*Consumo da
bebida preferida
dos brasileiros
caiu pouco mais
de 2% em um ano*

A preço de ouro

Consumo de café recua pela primeira vez no Brasil desde 2022 devido à alta de preços. O horizonte é de alívio, mas ainda não há espaço para queda consistente

O brasileiro dificilmente deixa de lado o seu cafezinho. É algo que especialistas enfatizam em qualquer análise sobre o cenário setorial. Mas os altos preços praticados especialmente ao longo de 2025 impactaram um comportamento consolidado no segundo maior país consumidor da bebida, e que fica atrás apenas dos Estados Unidos. O consumo de café no Brasil registrou uma retração de 2,31% entre novembro de 2024 e outubro de 2025 – e totalizou

21,4 milhões de sacas de 60 quilos. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). No mercado americano o consumo é superior em apenas cinco milhões de sacas.

Esta foi a primeira queda anual no indicador, entre os brasileiros, desde 2022. Com o resultado, o setor distancia-se do recorde histórico de 2017, quando o consumo atingiu 22 milhões de sacas. Mas apesar da retração no volume, o faturamento da indústria no Brasil te-



Clima afetou lavouras no início da década, que demoraram a se recuperar

RAFAEL ROCHA

ve um salto de pouco mais de 25%, e alcançou R\$ 46 bilhões no último ano. O desempenho financeiro reflete o repasse da valorização da matéria-prima ao consumidor final.

No Sudeste, o preço médio do quilo do café torrado e moído no varejo esbarrou em R\$ 70 em julho de 2025. Embora os valores tenham recuado para patamares próximos a R\$ 60 ao final do ano, o índice permanece acima dos R\$ 56 registrados em janeiro do mesmo ano passado. A pressão inflacionária no setor foi alimentada por quebras de safra no Brasil e em outros grandes produtores globais, o que fez com que a cotação do grão mais do que dobrasse em 2024. Segundo a Abic, a indústria manteve o ajuste de preços em 2025 com o objetivo de recompor margens operacionais, ainda que o custo do grão verde tenha cedido ao longo do ano.

Nos últimos cinco anos, o custo da matéria-prima acumulou altas de 201% para o café conilon e 212% para o arábica (os cafés mais tradicionais vendidos

Década atípica

As explosões de preços na cadeia de café não têm sido incomuns nesta década. Em julho de 2021, uma das geadas mais fortes da história recente da cafeicultura afetou gravemente as lavouras do Sudeste e Sul, o que levou à alta consistente do grão naquele ano. Foi quando o preço do café saltou nas gôndolas de supermercados brasileiros, a patamares que não voltaram atrás. As geadas devastaram áreas produtoras brasileiras com perda imediata de produção e impacto futuro, já que o frio queimou pés de café, uma planta perene. Muitos agricultores tiveram de replantar as árvores e esperar alguns anos para rever a produção em parte de suas propriedades. Um outro fator que contribuiu para altas superiores a 100% naquele ano foram os problemas logísticos, que encareceram o transporte do café ao consumidor final.

pela indústria no varejo são mesclas desses dois tipos de café), enquanto o repasse no varejo foi de 116%. De acordo com a Abic, o cenário de preços entre 2024 e 2025 foi norteador por instabilidades climáticas, produção insuficiente e baixos estoques, fatores que tornaram o valor nas gôndolas volátil. Para 2026, a perspectiva institucional é de uma safra robusta e clima estável, o que deve favorecer o equilíbrio do mercado e minimizar variações bruscas de preço para o consumidor.

Destaque no Google

Somente nos primeiros seis meses do ano passado, os preços do café acumularam alta superior a 80%. Com o retrato, a pergunta “Por que o café está caro?” chegou a liderar as buscas no Google no final do ano passado. Em maio houve um pico: o café apresentou um aumento de 83,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos últimos meses do ano passado apontaram o início de um recuo.

À época, o economista Fabio Murad, CEO da Spacemoney Investimentos, explica que a escalada do preço do café não foi um movimento isolado do agronegócio, mas o resultado de uma combinação rara de fatores que pressionaram toda a cadeia global. “Os estoques globais operam em um dos níveis mais baixos da década, reflexo de quatro anos seguidos de quebras de safra entre os principais produtores”, disse. Esse conjunto criou um ambiente em que qualquer choque adicional, seja climático ou comercial, amplificou a volatilidade dos preços e reforçou a percepção de escassez estrutural.

Para 2026 há perspectiva de algum alívio se as condições climáticas normalizarem e a produção brasileira reagir, mas ainda não há espaço para uma queda consistente de preços. A probabilidade ainda é de mercado operando com preços firmes, embora menos explosivos, e maior sensibilidade ao câmbio e ao ritmo de consumo nos Estados Unidos e na Europa. “Para investidores, continua sendo um mercado de fundamentos fortes, que demanda diversificação e leitura de ciclos, não movimentos táticos de curto prazo”, conclui o economista. **D**



John Deere moderniza estrutura e troca linha de maquinário para entregar mais eficiência

DIVULGAÇÃO

De olho no futuro

Mercado de máquinas agrícolas vive bom momento apesar dos juros altos no Brasil. Americana John Deere anuncia fábrica, e concorrência com asiáticas é acirrada

A pesar dos alto patamares de juros no Brasil, produtores agrícolas têm investido em máquinas mais modernas – já que estas contribuem para a eficiência nas fazendas. São investimentos de retorno em longuíssimo prazo. Nesse contexto, a americana John Deere, uma das maiores do mundo de máquinas agrícolas, inaugurou uma planta industrial em Canoas (RS), com um investimento de R\$ 42 milhões. O foco da indústria será a produção do pulverizador 1025E, que promete mais eficiência em comparação a modelos mais antigos da própria companhia. O equipamento vai substituir a linha de pulverizadores da PLA, cuja marca será descontinuada para o mercado brasileiro. Os demais modelos de pulverizadores são fabricados em Catalão (GO).

A produção do equipamento deve começar em agosto, e vai atender os produtores de soja, milho, cana, mandioca e batata em terrenos de diferentes

topografias. O vice-presidente de manufatura da John Deere para América do Sul, Joaquin Fernandez, disse que o investimento em Canoas reflete a confiança no crescimento contínuo do setor agrícola brasileiro. “O compromisso se consolida com constantes investimentos em capacidade de produção e desenvolvimento de soluções avançadas, pois acreditamos no Brasil como imprescindível na produção mundial de alimentos”, afirmou.

Essa unidade industrial é uma das mais modernas da gigante americana no país, com doze mil metros quadrados de área coberta em um terreno total de 39 mil metros quadrados. A fábrica foi planejada em um conceito de uso de ferramentas e processos inteligentes, que englobam um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica e internet das coisas.

O passo da americana tem relação direta com a necessidade de inovação

constante nos campos, já que as máquinas novas do universo de agricultura de precisão são investimentos que contribuem para a redução de custos com combustível e manutenção nas fazendas.

Mas, apesar dessa necessidade, as indústrias de máquinas agrícolas enfrentam desafios como o acesso a crédito de seus clientes e o aumento de concorrência. Compradores de máquinas têm utilizado outras alternativas à de programas de crédito governamental, como instrumentos de mercado de capitais e bancos (CRAs ou LCAs), cuja demanda avançou mais de 300% entre 2022 e 2024, mesmo que os juros sejam mais elevados.

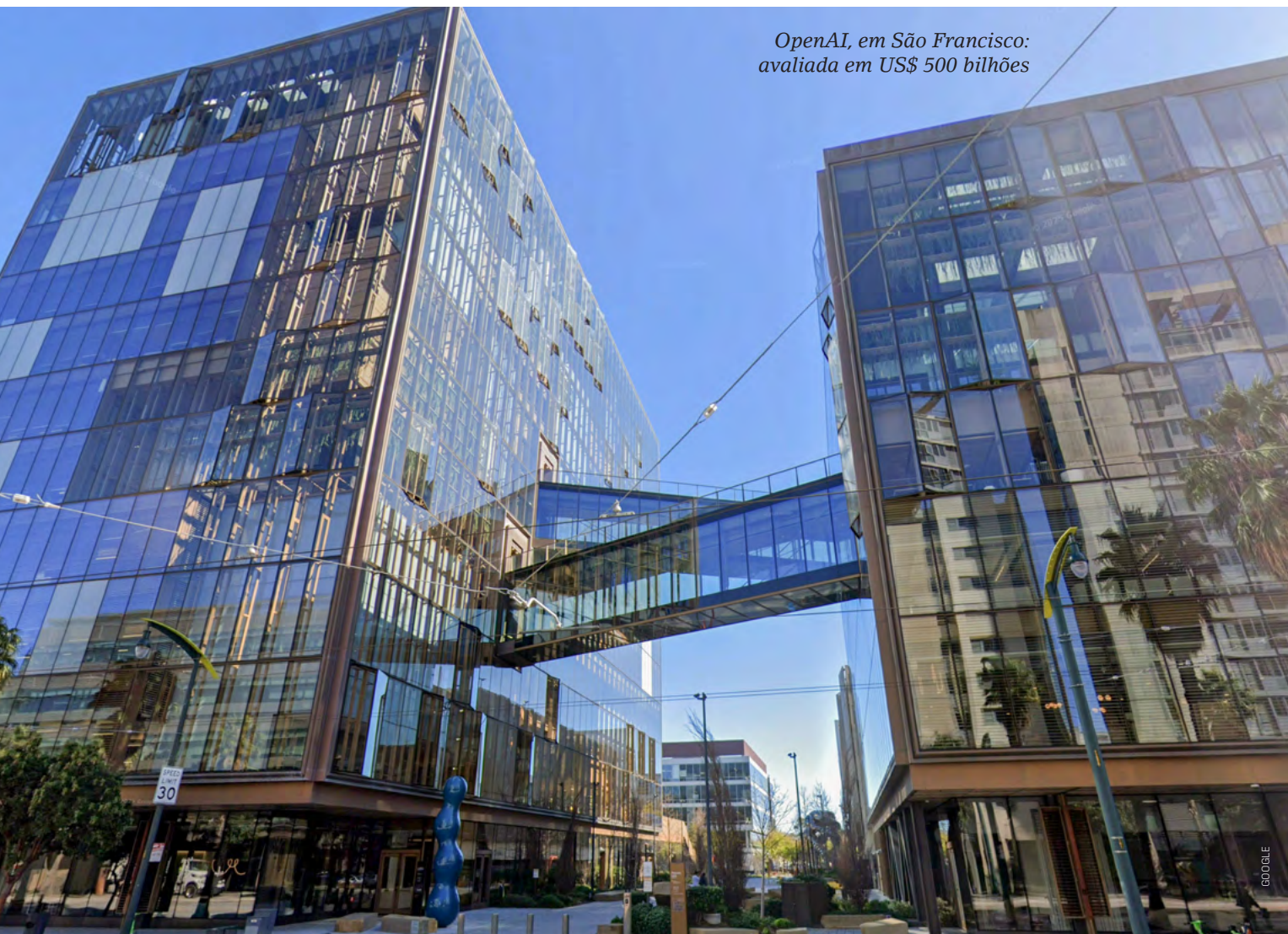
Além disso, gigantes tradicionais que atuam no Brasil como a John Deere, CNH e AGCO, para citar algumas delas, enfrentam concorrência crescente de fabricantes chinesas, cuja participação nas importações saiu de 8% para 12% em anos recentes.

O mercado de máquinas agrícolas brasileiro tem crescido, mesmo com os desafios para obter crédito visando financiamentos com o mais alto patamar de juros no mercado brasileiro em duas décadas – vale lembrar que a Selic está a 15% ao ano. Há poucos dias, a associação que representa a indústria de máquinas e equipamentos, a Abimaq, informou que a receita setorial avançou pouco mais de 7% em 2025 ao alcançar R\$ 66 bilhões.

O faturamento com as vendas no mercado interno respondeu pela maior parte da receita, e somou R\$ 57 bilhões em 2025. Mesmo com o juro alto, o setor agrícola investiu em modernização no ano passado porque foi houve clima favorável em ano de safra recorde, um fator que viabilizou ganhos para fazer investimento, disseram executivos da Abimaq. Vale lembrar que a compra de máquinas agrícolas traz retorno em longuíssimo prazo aos produtores.

A projeção para 2026 é que haja um crescimento mais moderado para a indústria de máquinas e equipamentos, de pouco mais de 3%. A desaceleração em relação ao ritmo de 2025 é atribuída sobretudo à instabilidade esperada para os preços das commodities como soja e milho – mesmo com o início do ciclo de baixa de juros no país, esperado a partir de março. **D**

*OpenAI, em São Francisco:
avaliada em US\$ 500 bilhões*



A formiga que virou elefante

Em apenas dez anos, OpenAI passou de fundação sem fins lucrativos a um colosso avaliado em US\$ 500 bilhões. Cercada de controvérsias sobre a sustentabilidade do negócio, agora quer crescer ainda mais — e mais rápido

A OpenAI passou 2025 arrumando a casa até anunciar sua nova estrutura corporativa e, agora com os ajustes feitos, promete agitar o mercado tecnológico global nos próximos meses. Em apenas dez anos, a iniciativa que nasceu como um laboratório de pesquisas para desenvolver inteligência artificial (IA), e dona do benchmark ChatGPT, tornou-se, já na virada de ano para 2026, uma companhia bilionária com fins lucrativos ilimitados - avaliada em meio trilhão de dólares, mesmo com as dúvidas que pairam sobre sua capacidade

de gerar caixa. Houve, no meio do caminho, a execução de um modelo intermediário em 2019, à época em que um investimento bilionário da Microsoft chegou ao caixa da OpenAI. Na ocasião, a primeira subsidiária da fundação foi criada, e entregava então um “lucro limitado”. Depois da mudança estrutural, a OpenAI buscará captação de recursos em um ano que promete disrupção.

Apesar dos temores de ‘bolha’ e dúvidas sobre o modelo de negócios que circundam as empresas de IA, a OpenAI, sua concorrente Anthropic (fun-

dada por ex-participantes da OpenAI) e a SpaceX, de Elon Musk, deram, recentemente e em paralelo, os primeiros passos para abrir capital no mercado americano. As duas primeiras vivem estágios iniciais, de preparação dentro de casa, enquanto a SpaceX já foi um pouco além e procurou bancos para liderar uma oferta pública inicial, ou IPO na sigla em inglês, em bolsa de valores. São três das empresas de tecnologia mais valiosas do mundo, cotadas a US\$ 350 bilhões (Anthropic), OpenAI (US\$ 500 bilhões) e US\$ 800 bilhões (SpaceX). Recente fusão entre SpaceX e xAI leva o negócio para US\$ 1,25 trilhão.

Em um momento classificado pelo The New York Times como um ano de possível “listagem de monstros”, quem investe espera pela potencial oitava magnífica, forma como os americanos se referem às superstars da tecnologia. A lista das sete magníficas atuais, ou Big Seven, formada por Amazon, Meta, Alphabet (dona do Google), Apple, Nvidia e Tesla, vale lembrar, não só tem valor de mercado somado trilionário, como domina os índices acionários nas bolsas americanas. “Vamos entrar em um período de tamanhos potencialmente sem precedentes de acordos de IPO”, disse, ao mesmo jornal americano, Eddie Molloy, co-chefe global de mercados de capitais acionários do Morgan Stanley. O executivo não se referiu a uma empresa em particular, mas disse estar “confiante” de que são operações executáveis dado o interesse de investidores.

O quadro muda, contudo, se houver piora no risco geopolítico ou incertezas em relação às eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, contribuindo para que atrasem um pouco o movimento.

Sam Altman, CEO da OpenAI, embora tenha confessado estar “zero por cento” animado para liderar uma empresa aberta, admitiu em dezembro publicamente que a companhia precisa de dinheiro. Especula-se quando ocorrerão movimentos, mas sem ainda uma data oficial. Sobre o estopim em bolsa, a diretora financeira recém-contratada da OpenAI, Sarah Friar, disse há pou-



Altman, da OpenAI, não se “anima” com listagem, mas está preparando a casa

STEVE JENNINGS

cos meses a associados que a companhia vai buscar um IPO em 2027. É via de captação de volumes altos de dólares rapidamente, mas não é a única alternativa que será levada a cabo.

Uma nova rodada de captação está sendo estruturada. E apesar dos temores relacionados à equação desnivelada entre a receita baixa da OpenAI em comparação ao imenso volume de dinheiro necessário para continuar investindo, declarações de Jensen Huang, presidente-executivo da Nvidia, há poucos dias, reforçaram os contornos sobre uma injeção de capital na companhia dirigida por Altman. A OpenAI precisa captar US\$ 100 bilhões. A Nvidia teria a intenção de colocar US\$ 20 bilhões.

A Nvidia planeja um aporte financeiro “histórico” na empresa, disse Jensen Huang nesta semana que passou. Ao mesmo tempo, ele negou os rumores de que estaria insatisfeito com a criadora do ChatGPT, classificando tais especulações como “absurdas”. Em meio a rumores e dissabores (lideranças da

Masayoshi Son, do Softbank: intenção de investir US\$ 30 bilhões na OpenAI



KIM KYUNG-HOON/REUTERS

As disputas internas

A OpenAI atravessa o período mais turbulento de sua história desde que fundada, em 2015. Vale lembrar que, quando abriu as portas – entre os fundadores, além de Sam Altman está Elon Musk –, a companhia era uma organização sem fins lucrativos que surgiu para desenvolver inteligência artificial para uso comum. Mas, a mudança estrutural por necessidade de volume de investimentos, a colocou em uma crise que se desdobra em três frentes críticas: governança corporativa, fuga de talentos e sustentabilidade financeira.

O que começou como uma “missão sem fins lucrativos” transformou-se em uma disputa bilionária pelo controle da inteligência artificial global. A necessidade de mudança na estrutura foi percebida por volta de 2019, quando a diretoria se deu conta que a computação necessária para treinar modelos como o ChatGPT era cara demais para uma entidade que vivia apenas de doações. Para competir com gigantes que investiam bilhões de dólares,

a OpenAI precisaria de capital massivo. A companhia, então, criou uma subsidiária que permitia lucros limitados. Nessa leva, a empresa ganhou a Microsoft como um potente investidor. Mas esse modelo permite lucrar até um certo “teto”. Qualquer valor que ultrapassasse esse limite deveria retornar para a organização sem fins lucrativos original. Contudo, gigantes como a Microsoft ou a Nvidia visam os retornos lucrativos ilimitados de uma estrutura corporativa tradicional. É a atual fase da OpenAI.

Em outubro de 2025, a companhia anunciou essa nova estrutura, o que era esperado pelo mercado de investidores. Isso trará implicações societárias. Pelo plano, a companhia com agora finalidade clara de lucro ganha o nome de OpenAI Group PBC. A Microsoft, já parceira da empresa desde 2019, tem aproximados 27% da nova empresa, ou uma fatia avaliada em US\$ 135 bilhões segundo comunicado que foi distribuído na época. A entidade sem fins lucrativos passou então

a chamar-se Fundação OpenAI, com 26% da nova companhia. O restante (47%) está nas mãos de funcionários atuais, antigos e outros investidores.

A polêmica em torno da estrutura vem do conflito de leituras relacionadas ao negócio dela, visto que deixou de ser uma espécie de “laboratório de pesquisas” para se tornar uma “startup das mais valiosas do mundo”. É uma transição que, mesmo sendo necessária para o avanço do próprio trabalho e descobertas, acabou por afetar a confiança de fundadores e cientistas originais.

Mas o curso natural do mercado, com a presença de gigantes cheias de apetite e seus bilhões de dólares de investimentos na corrida por espaço, torna desafiador manter-se numa linha estrutural como a do início. A OpenAI esbarra em concorrentes como a já citada Anthropic, fundada por ex-executivos da OpenAI (que já recebeu investimentos da Amazon e Google), Alphabet, que desenvolve o Gemini entre os modelos mais populares, e a Meta, com o Llama.

Parceiro relutante

Apesar do otimismo demonstrado por Huang, da Nvidia, o Wall Street Journal reportou ao final de janeiro que o plano original de investimento teria enfrentado resistências internas na gigante dos semicondutores. Relatos indicavam que funcionários da Nvidia expressaram dúvidas sobre a operação, e o próprio Huang teria mencionado, em conversas privadas, que o montante de US\$ 100 bilhões não possuía caráter vinculativo. O CEO da companhia também teria feito críticas pontuais à suposta falta de disciplina comercial da OpenAI. Mas, pouco depois, ele buscou dissipar as incertezas ao reforçar a confiança que tem. "Acredito na OpenAI, o trabalho que eles fazem é incrível", disse Huang.



ANN WANG/REUTERS

Huang, da Nvidia: reforço de confiança após rumores negativos

OpenAI teriam se queixado da qualidade dos semicondutores da Nvidia, enquanto o board desta se mostraria insatisfeito com a condução estrutural da OpenAI), Huang reafirmou o interesse de investir "até US\$ 100 bilhões" na dona do ChatGPT, mas, "em mais de uma etapa". Nesta semana circulou a informação que o japonês Softbank teria mostrado intenção de injetar US\$ 30 bilhões na empresa.

O medo de 'bolha'

A companhia liderada por Altman precisa de dinheiro, e rápido, já que o modelo de negócios não é considerado viável atualmente. É que a empresa cobra taxas baixas de seus usuários, o que gerou receita de US\$ 13 bilhões no último ano (70% disso vem de assinaturas do ChatGPT), enquanto o aporte necessário em infraestrutura, como os data centers que sustentam operações, pode chegar a US\$ 150 bilhões num período entre 2025 e 2029. O dinheiro é necessário para garantir ainda a aquisição de semicondutores avançados, fundamentais para que a empresa mantenha hegemonia frente ao avanço de rivais como o Google e a Anthropic. O custo

A sócia sob pressão

Apesar dos bons resultados em 2025, e de deter quase um terço da OpenAI, benchmark com seu modelo de inteligência artificial, a Microsoft viu suas ações tombarem quase 10%, para US\$ 433,40 o papel, em 29 de janeiro, logo depois da divulgação dos resultados do segundo trimestre fiscal encerrado em dezembro. A Microsoft teve lucro ajustado por ação foi de US\$ 4,14 no período, mas a companhia não alcançou as expectativas mais otimistas de crescimento da computação em nuvem Azure, combo de ferramentas, serviços e infraestrutura de IA. As vendas do Azure cresceram 38% em valor, mas ficaram só um ponto percentual abaixo das expectativas do mercado financeiro, que era de 39%, o que evidencia o nível de exigência dos investidores.

operacional, e a dificuldade de monetizar os produtos em um nível comparável ao investimento, é o que preocupa analistas e investidores mais pessimistas em relação à bolha.

Por outro lado, o potencial é de IA tornando-se tão necessária à economia real quanto a eletricidade, o que sustenta visões mais otimistas. Inclusive para a transparência, o IPO cai como luva não só pelo potencial de captação de dólares. Mas porque o modelo privado atual entrega pouco acesso às informações da OpenAI, o que inclui dados sobre pesquisas em andamento, e isso eleva a desconfiança. Abrir o capital, portanto, é moeda de duas faces: escancara a viabilidade do negócio no horizonte.

O objetivo da OpenAI é atingir a inteligência artificial geral (AGI, na sigla em inglês). É o ponto em que uma máquina deixa de ser ferramenta especializada para se tornar um sistema capaz de realizar qualquer tarefa intelectual de um ser humano. Para colher os frutos será preciso mais poder de processamento, o que explica boa parte da necessidade de infraestrutura, como os data centers (processadores de dados). **D**

Colaborou Alessandro Martins

Um museu a céu aberto

Instituto Inhotim, em Brumadinho, sobreviveu ao golpe ambiental gerado pela Samarco e à pandemia, e reestruturou seu modelo de negócios. Em 2026, é o único destino brasileiro em lista do The New York Times

Ana Carolina Nunes

O Instituto Inhotim não é um museu ou um Jardim Botânico convencional. Espalhado por 140 hectares em Brumadinho (MG), o “maior museu a céu aberto do mundo”, como é conhecido, celebra vinte anos em 2026. O ano de efeméride já começou com uma indicação do jornal americano The New York Times como um dos 52 lugares para conhecer no ano, sendo o único destino

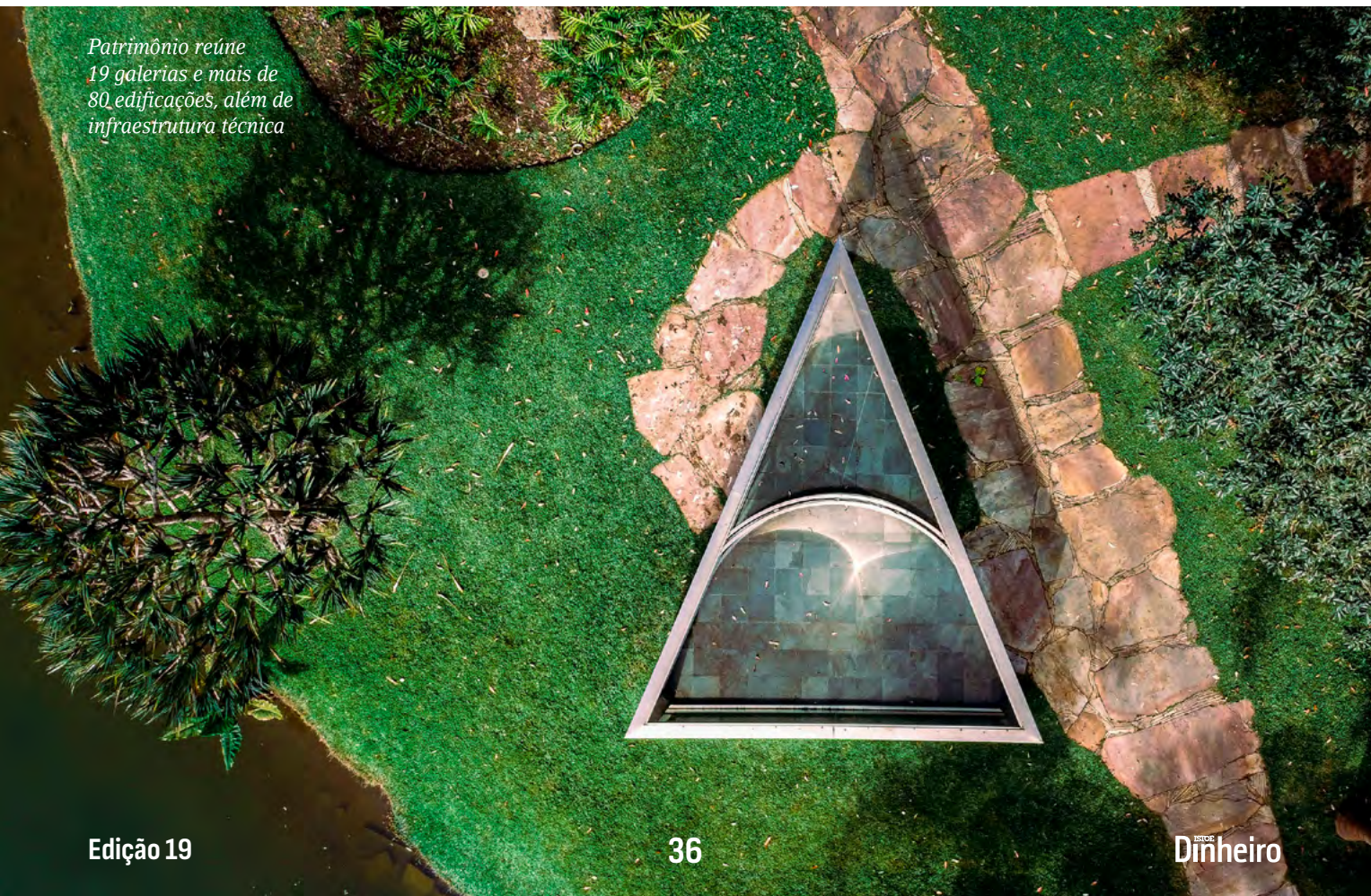
brasileiro da lista. “Acho que Inhotim tem pautado um jeito de ser museu que muito interessa ao Brasil e ao mundo”, disse Paula Azevedo, diretora-presidente da instituição, à frente da gestão nos últimos quatro anos, à IstoÉ Dinheiro.

No período, o Inhotim quase dobrou a receita, passando de R\$ 53 milhões para R\$ 96 milhões anuais, resultado, também, de diversificação de fontes.

O destino, em meio à natureza e muito marcado por seu território, como lembra Paula, também celebra o recorde de 361 mil visitantes em 2025. Entre eles estiveram gestores de outros museus e instituições do mundo.

O museu vive um momento marco posterior a um processo de reconstrução estrutural, após o enfrentamento e superação de dois marcos críticos: a tragédia de 2019, em Brumadinho, quando o rompimento de uma barragem da Vale cobriu a cidade de lama de rejeitos de mineração e deixou 272 mortos, e do período pandêmico, em que o local ficou fechado por oito meses, fator que gerou um “enorme” impacto financeiro. Os dois episódios atingiram diretamente a força de trabalho da região — da qual provêm 79% dos 520 colaboradores diretos —, e forçaram uma revisão do mo-

Patrimônio reúne 19 galerias e mais de 80 edificações, além de infraestrutura técnica





Paula Azevedo, à frente do instituto: "Inhotim tem pautado um jeito de ser museu"

PEDRO ARIETA/DIVULGAÇÃO

delo de negócios. O fechamento por oito meses e a queda na visitação evidenciaram a vulnerabilidade do aporte individual, precipitando a estruturação de uma nova governança a partir de 2022. Mudanças importantes foram a doação integral das terras e do acervo do fundador, Bernardo Paz, para o instituto, a criação de um conselho de administração, formado por vinte membros da sociedade civil, e a busca por autonomia financeira. O museu transitou então de um modelo dependente do fundador para o de governança corporativa transparente, visando a perenidade em um território marcado por desafios geográficos e sociais.

Os números refletem a eficiência da nova gestão. Entre 2022 e 2025, a receita do Inhotim saltou de R\$ 53,6 milhões para aproximadamente R\$ 96,1 milhões. Este crescimento de quase 80% é resultado de uma estratégia diversificada que combina bilheteria, operações de varejo e alimentação, programas de patronato e o uso eficiente de leis de incentivo, como a Lei Rouanet. Embora a instituição não distribua dividendos, a diretoria enfatiza que a operação superavitária é vital para a criação de reservas e para a

manutenção de um patrimônio complexo: são 19 galerias, 89 edificações e uma infraestrutura técnica que abrange onze subestações de energia e um laboratório botânico com meio milhão de sementes.

Fundo patrimonial

A estratégia para os próximos anos foca no "pipeline" de investimentos e na blindagem contra oscilações macroeconômicas. Em abril de 2026, o instituto lança o seu Fundo de Endowment, ou fundo patrimonial, com metas de captação no Brasil e fora do país que visam ultrapassar os R\$ 100 milhões em etapas distintas. A proposta é que os rendimentos desse fundo passem a custear a operação, protegendo o museu de instabilidades políticas ou flutuações sazonais de receita.

"Quando atingirmos a consolidação, poderemos usar os rendimentos para custear a instituição, tornando-a protegida de oscilações políticas ou econômicas. Queremos ser um modelo de gestão que possa ser replicado por outras coleções privadas no Brasil", conta a diretora.

Paralelamente, o Inhotim atua como um catalisador do desenvolvimento re-

gional, estimulando a rede hoteleira — exemplificada pela inauguração do hotel de luxo Clara — e pressionando por melhorias em infraestrutura, como o projeto do novo aeroporto em Betim (MG).

Com o recorde histórico de visitação batido em 2025 e o empenho para alcançar e estabilizar o fluxo anual acima dos 500 mil visitantes, o instituto posiciona-se como um gerador de negócios que transcende a contemplação artística. Ao integrar arte, natureza e educação, a governança do Inhotim busca transformar a economia de Brumadinho, buscando reduzir a dependência da mineração para uma engrenagem baseada no turismo e na cultura até 2030. O sucesso deste modelo, avalia Paula Azevedo, serve como um paradigma para outras coleções privadas no Brasil que buscam o equilíbrio entre o impacto social e a saúde financeira de longo prazo.

"O Inhotim é um grande gerador de negócios. Nasceu "ESG" [ambiente, social e governança, na sigla em inglês] antes de a sigla existir, focando em arte, natureza e educação. Nosso objetivo é que, até 2030, essa engrenagem de turismo e cultura transforme de vez a economia local", finaliza Paula. **D**

Óculos do Neymar, 'sabor energético' e BMW

O novo negócio do atacante Neymar Jr., o nome por trás dos memes da bebida "sabor energético", que viralizaram, e a primeira líder da montadora para a AL se destacaram nas redes

Quem é Toguro, novo head de comunicação da Cimed e nome por trás do meme "sabor energético"

A farmacêutica Cimed anunciou neste fim de semana a chegada do influenciador Thiago "Toguro" como novo head de comunicação da companhia. Ele viralizou nas redes e gerou memes por conta do lançamento de sua bebida 'sabor energético'. Em suas redes, o influenciador comemorou o novo cargo. "Agora a missão é levar a marca para toda a população".



Com modelos a partir de R\$380, Neymar Jr. apresenta coleção de óculos: "fazem parte do meu estilo"

Fora dos gramados por conta de uma cirurgia no joelho esquerdo, o atacante Neymar Jr. lançou nesta terça-feira, 23, a sua nova empreitada empresarial: a sua própria marca de óculos, a NJR Eyewear. A coleção conta com 23 modelos e três linhas: Origins, Icons e Legends, que simbolizam, respectivamente, o início, o auge e o legado do jogador. Os valores variam entre R\$ 380 a R\$ 860. A marca nasce com planos de expansão do portfólio, incluindo óculos de grau.



Ação contra XP, BTG e Nubank questiona "muleta do FGC" no caso Master e pede indenização milionária

De olho na conduta de corretoras no âmbito do caso do banco Master, a associação Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador (Abradecont) ajuizou uma ação civil pública contra XP, BTG Pactual e Nubank, considerando os três parte da cadeia e com uma 'certa parcela de culpa' pelo ocorrido. A visão da associação é de que os agentes usaram o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) como muleta para vender CDBs.



Maru Escobedo assume o comando da BMW na América Latina

Maru Escobedo assume, a partir de 1º de março, o comando do BMW Group na América Latina, passando a liderar as operações da montadora em 27 países. Atual presidente da BMW Brasil, a executiva substituirá Reiner Braun, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo.



Corrida de rua inspira amigas a criar marca de cosméticos esportivos

Da corrida de rua ao empreendedorismo, Corina Godoy Cunha e Gisele Violin transformaram seu incômodo com a falta de produtos específicos para praticar esportes em um negócio. Criada há mais de dez anos, a Pink Cheeks apostou em dermocosméticos esportivos quando o segmento ainda era pouco explorado no Brasil.

www.istoedinheiro.com.br

Instagram: instagram.com/istoe_dinheiro/

YouTube: m.youtube.com/@istoe_dinheiro

Facebook: facebook.com/istoedinheiro

TikTok: tiktok.com/@revistaistoe

LinkedIn: linkedin.com/company/istoe-dinheiro/

X: x.com/istoe_dinheiro

Palavra por palavra



"É com muita honra que o Brasil apoia a candidatura de Michelle Bachelet à Secretária-Geral da ONU. Em oito décadas de história, é hora de a organização finalmente ser comandada por uma mulher".

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, ao apoiar a ex-presidente do Chile para a troca de comando na ONU prevista para 2027

RICARDO STUCKERT



"Em um mundo fragmentado, uma maior integração comercial é absolutamente fundamental"

Kristalina Georgieva, diretora-geral do Fundo Monetário Internacional

DENIS BALIBOUSE/REUTERS



"Agimos totalmente de boa fé"

Marine Le Pen, líder de extrema direita na França, defendendo-se de acusação por desvio de fundos europeus que põe em risco sua candidatura em 2027

ALAIN JODARD



"Agora estamos buscando US\$ 1 bilhão de indenização e, no futuro, não queremos ter mais nada a ver com a Universidade de Harvard"

Donald Trump, presidente americano, em sua plataforma Truth Social, sobre conflitos com a universidade, que acusa de "fortemente antissemita"

EVELYN HOCKSTEIN/REUTERS



"Dizem que o iene fraco é ruim agora, mas para as indústrias de exportação é uma grande oportunidade"

Sanae Takaichi, primeira-ministra do Japão, sobre os benefícios da desvalorização da moeda japonesa

KYODO/AP

Paixão sobre rodas.



MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

